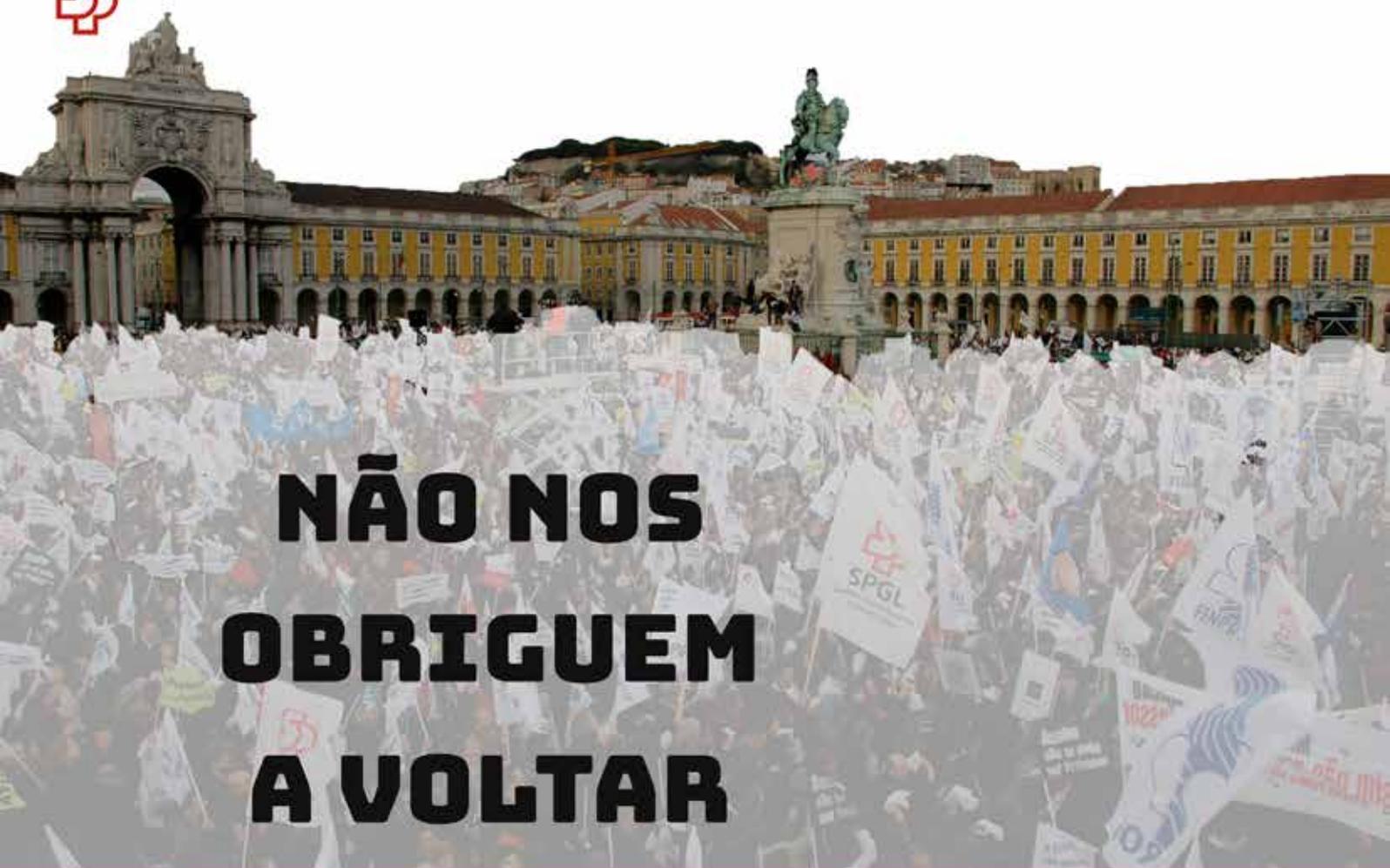




N.º 281 janeiro . 2018 . MENSAL . 0,50€



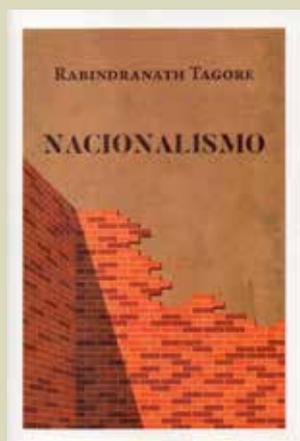
**NÃO NOS  
OBRIGUEM  
A VOLTAR**

**OUTRA VEZ**

Dossier

CNE: Escola portuguesa no bom caminho?

## LEITURAS



Tagore, Rabindranath  
**Nacionalismo**,  
Livros de Bordo,  
Lisboa, 2017

Rabindranath Tagore (1861-1941) foi o primeiro indiano a ganhar o prémio Nobel da literatura. Poeta e romancista, proferiu uma série de conferências em inglês entre Junho de 1916 e Abril de 1917 no Japão e nos Estados Unidos sobre o tema do nacionalismo, que seria publicada sob a forma de livro em 1917. Tagore parte da distinção entre sociedade e nação. Se a sociedade “permite ao homem desenvolver ideais de vida em cooperação” (p. 64), a nação é, em contrapartida, uma construção política artificial que põe em causa os ideais de

vida cooperativa. Progenitora do nacionalismo, alimenta-se da desconfiança e alegra-se com o mal e as desgraças das outras. Quando a Nação conquista o predomínio sobre a sociedade, esta perde a sua natureza humana, os seres que a compõem são transformados em peças de uma engrenagem que os arrasta a massacrarem-se uns aos outros, deixando de ter autonomia e vontade própria.

A Nação assenta também na separação radical entre governantes e governados. Dividir para reinar ou agregar para combater o inimigo através do fanatismo que o nacionalismo instila nas massas, são os seus lemas. O governado é um ser absolutamente passivo, despojado de consciência de si próprio e do mundo que o rodeia, enquanto “o homem pleno cede cada vez mais espaço, quase inconscientemente ao homem político, o homem com fins limitados” (p. 70). Os “fins limitados” resumem-se fundamentalmente à conquista de poder sobre os outros e, em particular, sobre as não-nações do mundo, ou seja, os povos submetidos das colónias. A Nação colonizadora alimenta-se da submissão e aviltamento das outras, reduz a subsistência e a educação dos seus povos ao mínimo, considera-os incapazes de assimilar as realizações intelectuais da mãe-pátria, de compreender a complexidade da administração colonial, o verdadeiro “fardo do homem branco” que se dá ao trabalho de governar os indígenas incapazes de autodeterminação e de autogoverno. Mas este despojamento da humanidade do Outro poderá mais cedo ou mais tarde fazer-lhe pagar

um preço muito elevado: “E um dia esta grande parte do mundo que a Nação está a despojar de vida auto-suficiente tornar-se-á no mais terrível dos seus fardos que a arrastará até à destruição” (p. 77). Mas o nacionalismo não é apenas prejudicial para os povos colonizados. Como um vírus que prolifera e se expande, infecta as relações entre os povos num “ambiente envenenado e carregado de suspeita e ganância à escala mundial” (p. 80). O único intento do nacionalismo é explorar em seu proveito a debilidade do resto do mundo, convertido em arena para os seus empreendimentos bélicos. Pode ainda ser considerado como um anestésico que despoja o homem da sua humanidade e o converte em lobo do homem, fonte de todas as guerras, massacres e genocídios. O futuro para Tagore não está na Nação Ocidental, mas no que designa por “Espírito Ocidental”, um espírito cosmopolita, o único que pode contribuir para uma relação em pé de igualdade entre Oriente e Ocidente. É precisamente este espírito que tem uma vocação emancipadora de carácter universal. Assim, o futuro não reside na Nação Ocidental, fonte do nacionalismo desconhecido no Oriente, mas, pelo contrário, nas Não-Nações para quem, inspiradas naquele espírito e adequando-o às suas circunstâncias específicas, tomarão consciência da necessidade da sua própria libertação. Mas ao libertarem-se a si próprias, estas libertarão também a Nação Ocidental do seu próprio nacionalismo. ■

*Joaquim Jorge Veiguinha*

## As precárias paixões de António Costa

Com o fim do ano de todas as tragédias à vista - e a notação financeira da gigantesca dívida do país a transitar do grande balde do lixo para um mais pequeno e um pouco mais ecológico - António Costa acenou desta vez com mais e melhor emprego, quando todas as estatísticas oficiais mostram que a qualidade do emprego criado no último ano deixa muito, mas muito a desejar! Esta nova paixão de António Costa tem, assim, todas as condições para ser tão precária como a enunciada em 2016 a respeito da educação.

Com efeito, em dezembro de 2016 António Costa voltou ao Jardim de Infância para declarar que a “*educação tem de ser a primeira das nossas prioridades, enquanto famílias e enquanto sociedade*”. Imbuído do apropriado espírito natalício, o primeiro-ministro reconheceu então que o conhecimento “*é a chave do futuro*” e que, por isso, o seu executivo iria fixar como “*objetivo fundamental generalizar o ensino pré-escolar a todas as crianças a partir dos três anos de idade*” e, ao mesmo tempo, lançar “*o programa Qualifica, dirigido especialmente à educação e formação dos adultos*”.

Mas não se ficou por aqui na sua paixão de final de 2016. Reconheceu que “*o maior e verdadeiro défice*” (bastante evidente nas comparações com outros países do espaço europeu e não só) “*é o do conhecimento*”. Rematando mesmo que “*os excelentes resultados recentemente alcançados, em estudos internacionais, revelam o sucesso do esforço, da dedicação e da qualidade dos nossos alunos, educadores e professores e o investimento continuado que as famílias e o país têm feito desde o 25 de Abril, na cultura e na educação, na ciência e na formação, para vencermos este atraso histórico*”.

O tal espírito natalício de 2016 levou-o a acentuar que mais e melhor emprego (paixão fugaz a que voltou este ano!) é condição fundamental para o desenvolvimento do país e que a pobreza e a precariedade laboral são “*as maiores inimigas de uma melhor economia*”.

Porém, no que à Educação diz respeito e apesar do elogio aos professores e educadores, essa paixão esgotou-se, infelizmente, com as últimas rabanadas da quadra, não permitindo sequer que os seus bons augúrios transitassem para o novo ano de 2017. Mas, pior que tudo, a paixão apagou-se por completo quando se entra agora em 2018. Três exemplos que mostram a precariedade e fugacidade das pomposas declarações de António Costa:

. As negociações sobre a progressão aos 5.º e 7.º escalões da carreira têm vindo a transformar-se numa via de sentido único por onde o ME e o Governo querem circular como muito bem entenderem, reservando-se mesmo o direito de não chegarem a lado nenhum;

. No reposicionamento dos docentes que, tendo ingressado na carreira durante o período de congelamento, foram retidos no 1.º escalão, não querendo a tutela contar o tempo de serviço, para além do congelado, prestado em funções docentes, para efeitos de carreira;

. O processo de descongelamento das carreiras está a ser tratado tendo em vista permitir a recuperação do menor número de anos possível, apesar da Assembleia da República ter aprovado recentemente uma resolução que recomenda ao Governo que, “*em diálogo com os sindicatos, garanta que, nas carreiras cuja progressão depende também do tempo de serviço prestado, seja contado todo esse tempo, para efeitos de progressão na carreira e da correspondente valorização remuneratória*”.

Estamos perante um processo que, se permitirmos que se arraste, conduzirá paulatinamente à descaracterização do ECD, senão à sua verdadeira destruição. Não iremos permitir que isso aconteça! Traduziremos na luta toda a nossa indignação! ■



## 2 Sugestões

## 3 Editorial

## 5 Dossier

CNE: Escola portuguesa no bom caminho?

## 14 Cidadania

A crise da liberal-democracia e a ascensão da extrema-direita

## 16 Entrevista/ADSE

16. Entrevista com António Nabarrete

20. Entrevista com Eugénio Rosa

22 SPGL solidário com luta dos brasileiros pela justiça, democracia e soberania dos povos

## 23 Escola Professores

23. Precariedade: é urgente combater

24. Reposicionamento - Ministério baralha o que parecia claro

25. LGP: criado o grupo de recrutamento

25. Recuperação do tempo de serviço – Uma longa luta?

26 Prémio Urbano Tavares Rodrigues “Há só uma arte, viver”

29 Um olhar sobre a Quinta do Mocho

30 Jornadas Pedagógicas

31 Aos Sócios

## 35 Consultório Jurídico

Direitos e deveres do pessoal docente (1ª parte)

# ADSE: Entrevistas com António Nabarrete e Eugénio Rosa

PÁGINA  
16

## Com papas e bolos se enganam os tolos

**D**evo dizer que me dá um certo gozo ler e ouvir os lamentos da direita pelo que, segundo ela, é a paz social que António Costa teria “imposto” aos sindicatos. Quem sonharia que o PSD e o CDS se lamentariam por haver poucas greves e não haver grandes “manifs” pelo menos todas as semanas? Ainda no sábado passado (27 de janeiro) João Miguel Tavares (JMT), na sua página do “Público”, escrevia, com evidente tristeza, que os sindicatos se limitavam a “ronronar”, apaziguados pela geringonça. E curti mágoas por a direita não ser capaz de mobilizar o que - escreve ele - seria o desencanto dos trabalhadores. Não terá JMT toda a razão. Por um lado, porque há setores profissionais em luta acesa pelos seus direitos, como é o caso dos médicos, das forças de segurança, dos trabalhadores da Altice, da Autoeuropa, dos CTT. E dos enfermeiros, neste caso soprados pelo populismo demagógico da presidente da Ordem, ao serviço militante do PSD. Quanto aos professores, é ver a reverência e ansiedade com que todos os sindicatozecos de direita tentam “acolitar” aquele que parece ser o objeto de “ódio de estimação” de JMT (Mário Nogueira) na defesa dos direitos dos docentes, “fazendo das tripas coração” e combatendo agora as medidas que apoiaram, pelo menos com o seu silêncio, no consulado de Nuno Crato. Mas, e correndo o risco de querer ensinar o padre nosso ao vigário, gostaria de lembrar a JMT que os sindicatos não lutam pelo prazer de lutar. E se há uma relativa paz social com o atual governo, é porque ele tem agido no sentido de satisfazer, mesmo que parcialmente, algumas exigências dos trabalhadores: contra a direita “pafista” repôs o valor (nominal) dos salários, retomou as carreiras dos funcionários públicos, melhorou o rendimento das famílias e os apoios sociais, aumentou o salário mínimo e as pensões, etc...

Muito sabiamente, os trabalhadores, que não são tolos, conseguem lutar pelos seus direitos sem facilitarem o regresso da direita ao poder. Não se deixam enganar; e isso entristece JMT.

Como leitor assíduo que sou de JMT, cuja escrita admiro, fico à espera de ler, numa das suas próximas crónicas, o seu fingido apoio à luta dos sindicatos pela “reversão” das medidas contra os trabalhadores consagradas no Código de Trabalho pelo governo dos seus amigos Passos Coelho e Paulo Portas. ■

Miguel André

## ■ CNE: Escola portuguesa no bom caminho?

■ O “Estado da Educação 2016”, estudo publicado pelo Conselho Nacional da Educação, é o mote para o conjunto de textos que constitui este Dossier. Começando por um texto de António Avelãs, que sublinha a boa imagem dos professores, entre alunos e pais, o Dossier inclui ainda considerações, de Manuel Micaelo, sobre a perda de alunos no 1.º ciclo, uma síntese de dados relativos à educação pré-escolar pública, de Cremilde Canoa. E encerra com um olhar sobre o envelhecimento da classe docente, de Vitor Vasconcelos. ■

# Relatório do CNE mostra que alunos e pais têm boa imagem dos professores

• **António Avelãs**  
 Dirigente do SPGLI

Depois de semanas em que os professores tiveram de suportar as vociferações de uns pseudojornalistas a vomitarem discursos sobre coisas que ignoram e em que o irracional ódio aos docentes ou a cegueira ideológica se sobrepuseram ao mais básico respeito pela ética da sua profissão, o estudo publicado pelo Conselho Nacional da Educação (CNE) – Estado da Educação 2016 – parece um bálsamo benfazejo. Nele se mostra que nos testes internacionais do TIMMS (para o 4º ano de escolaridade), do PISA (9º ano) e TIMMS Advanced (12º ano) os alunos portugueses estão ao nível médio dos alunos europeus e, em vários indicadores, claramente acima da média<sup>(1)</sup>. E todos reconhecem que o espantoso progresso de Portugal neste campo da Educação se deve fundamentalmente aos seus professores e educadores. Claro que se pode (e deve) discutir a pertinência e o valor destes estudos e destas “avaliações”. Mas os dados permitem comparações que arrasam por completo as bacoradas insultuosas de um *Dores Qualquer Coisa*, de Miguel Sousa Tavares e outros do mesmo jaez. Mas o que mais me confortou a alma foi verificar que os nossos estudantes têm dos seus professores uma imagem positiva, de admiração, claramente superior à

imagem dos docentes em outros países europeus objeto destes mesmos estudos. Lê-se na página 34: *“Os alunos portugueses do 4º ano não só se sentem bem na escola como têm os professores em grande consideração. 88% dos alunos afirmam que o seu professor tem um grande sentido de envolvimento com os alunos, porque conhece as suas dificuldades, explica de forma clara e fácil de compreender, dá trabalhos interessantes, sabe ouvir os alunos e dá bom feedback para que os alunos possam melhorar.”* E neste aspeto – e que importante que ele é – somos os melhores avaliados neste estudo! Esta

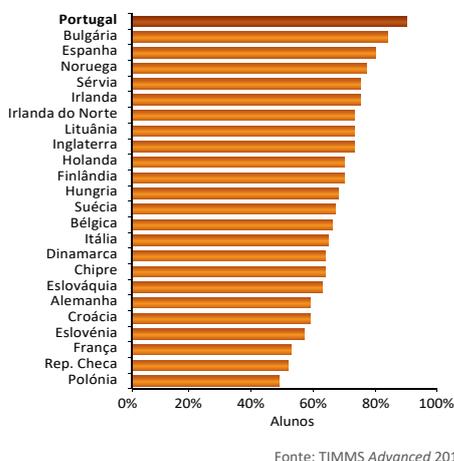
*estes são os que declaram sentir-se melhor na escola: 88% têm um elevado sentido de pertença e bem-estar”.*

Mas também os pais têm em relação à escola uma visão positiva. Diz o estudo: *“Em Portugal, a opinião dos pais em relação à escola é globalmente favorável”* (pg. 42).

Curiosamente, os professores têm de si mesmo e do modo como são “vistos” opiniões menos positivas. Assim, os professores do 3º ciclo e secundário *“consideram que são pouco reconhecidos e pouco respeitados pela sociedade em geral”* (pg. 28). E, mais à frente, na mesma página: *“Há ainda uma elevada percentagem de professores, em Portugal, que se sentem muito pouco reconhecidos no local de trabalho. Em 2012, 26% dos professores declaram nunca serem reconhecidos pelo seu trabalho e 48% afirmam que, no geral, os professores são pouco respeitados pela sociedade.”*

Apesar desta falta de reconhecimento pela sociedade (e não deixa de ser de realçar esta diferença: os alunos e os pais têm uma visão positiva da escola e dos professores, mas os “fazedores de opinião” insistem em denegrir quer a escola quer os docentes...) *“Ainda assim, Portugal tem uma percentagem de professores muito satisfeitos, superior à média dos países europeus participantes”* (no estudo) (pg. 33). Esta “satisfação” pelo

Figura 1.51. Percentagem de alunos que declaram grande sentido de pertença e bem-estar na escola, 2015



ideia é reforçada na página 42: *“Relativamente ao bem-estar dos alunos portugueses do 4º ano,*



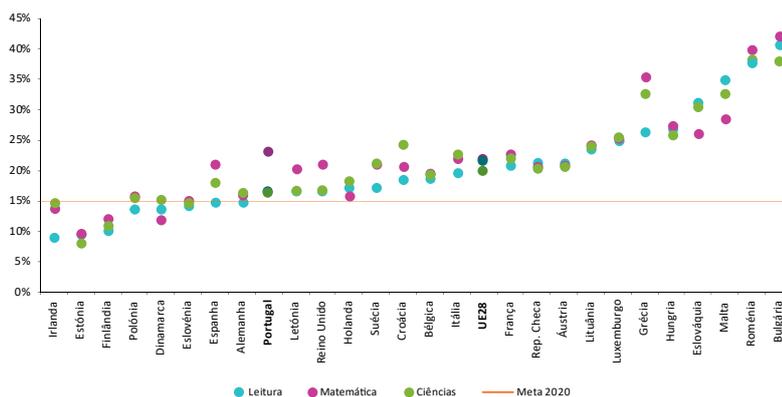
resultado do seu trabalho com os alunos não os impede, porém, de reconhecer que “*está cada vez mais difundida a percepção de que o seu estatuto socioprofissional se tem vindo a degradar*” (pg. 132). E que a profissão de docente se tem vindo a tornar, em Portugal, pouco atrativa. Segundo este estudo do CNE, “*enveredar por uma carreira ligada à Educação é só aceitável para 27% dos alunos do secundário*” e apenas 1,5% dos alunos mais novos (de 15 anos) “*consideram a profissão de professor como uma hipótese e, curiosamente, são alunos com desempenho mais baixo*” (pg. 43). Em jeito de conclusão: apesar da melhoria dos resultados dos nossos alunos, apesar dos alunos gostarem da Escola e terem boa opinião dos seus professores e educadores, apesar dos pais terem uma visão positiva da Escola, apesar dos próprios docentes se sentirem satisfeitos com o seu trabalho, que não com o seu estatuto socioprofissional (dados que se retirem do Estudo do CNE), a imagem “social” dos professores e da profissão docente ainda não recuperou do crime contra a Educação e a profissão docente cometido pela equipa de Maria de

Lurdes Rodrigues. Ficarão como marcos dessa ação nefasta a afirmação da então ministra “Perdi os professores, mas ganhei a opinião pública” e a tentativa

de Valter Lemos de mostrar que os professores faltavam muito - afirmação que uma análise minimamente objetiva e séria dos dados disponíveis contrariava. ■

<sup>(1)</sup> Segundo o relatório da OCDE 2016, “*Portugal, que tem vindo a melhorar nos últimos anos os seus resultados, tem ainda 16,6% de jovens com 15 anos com baixos níveis de competência em leitura. (...) Assim, necessita de reduzir 1,6% para atingir a meta 2020, sendo dos países que não alcançaram o que se encontra mais próximo de o concretizar, à frente de países como o Reino Unido, a Holanda, a Suécia, a Bélgica, a Itália, a França e a Áustria*” (pg. 187). Convenhamos que para quem partiu tão atrasado, esta comparação é surpreendentemente boa! Ainda segundo o mesmo relatório, em Matemática estamos um pouco pior “*com 23,2% dos jovens portugueses com 15 anos com baixos níveis de competências nesta área*”. Mas nas Ciências “*Portugal está mais próximo da meta 2020*”, 16,8% dos jovens de 15 anos acusam ainda baixos níveis de competências, mas mesmo assim melhor que a situação no Reino Unido, Espanha, Holanda, Bélgica, Áustria, Suécia, França e Itália.

Figura 5.1.48. Jovens de 15 anos (%) com baixos níveis de competências em leitura, matemática e ciências. UE28, 2015



Nota: Não existem dados para o Chipre

Fonte de dados: PISA 2015, OCDE  
Fonte: CNE

# Primeiro ciclo vai perder 6000 alunos por ano até 2020



• **Manuel Micaelo**

Dirigente do SPGL

**N**ão é novidade para ninguém que, nos últimos anos, houve um acentuado decréscimo da população residente em Portugal.

Também não é novidade para nenhum docente que tem havido uma quebra considerável do número de alunos nas escolas públicas.

Novidade, ainda, não é certamente que foram muitos milhares as escolas que encerraram e que as escolas públicas perderam, nos últimos anos, largos milhares de docentes.

O relatório do Conselho Nacional de Educação, “Estado da Educação 2016” patenteia, com a crueza dos números e a sua análise, que a situação que temos é muito preocupante.

É preocupante enquanto país, pois

“A população residente em Portugal, estimada em 10.309.573 indivíduos em 2016, mantém a tendência descendente iniciada em 2010, com menos 31.757 residentes do que no anterior e menos 263.148 do que em 2010, ano em que atinge o seu valor máximo”. Inquietante também é o facto de Portugal ser um dos países cuja população diminuiu (-2,1%) na última década, enquanto a população residente nos 28 países da

UE aumentou, em média, 2,4%. Alarmante é a constatação de que, analisando a proporção de residentes em 2016, por grupo etário, “a menor proporção corresponde ao grupo etário até aos 4 anos de idade, seguida do grupo etário dos 5 aos 9 anos e do grupo dos 10 aos 14 anos (exceto a Área Metropolitana de Lisboa)”.

Apesar de nos últimos dois anos terem nascido mais crianças em Portugal (“em 2016 nascem com vida 87.126 crianças, mais 1 626 do que no ano anterior e mais 4 759 do que em 2014”), isso em pouco atenua a quebra de natalidade superior a 30%, entre 2000 e 2014, com uma descida enorme entre 2010 e 2013. (ver Fig. 3.1.3) E começam os sinos a tocar pois, além da diminuição de 126.596 alunos (-8,7%!) ocorrida na última década (curiosamente o ensino privado teve um acréscimo de 4,8%, mais 15.602 alunos!), perspectiva-se, para os próximos anos, uma redução da população escolar em todos os níveis da escolaridade obrigatória e “uma redução média anual do afluxo de novos alunos no 1º CEB de mais de 6000 crianças, realidade que não será contrariada antes de 2020”.

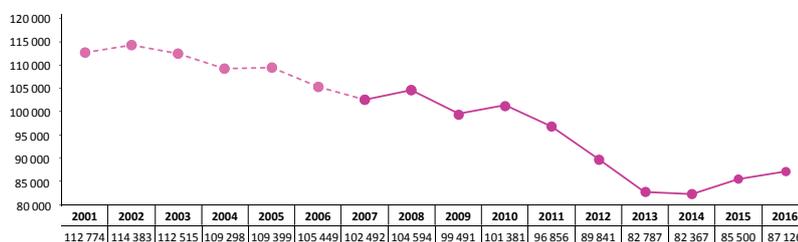
Ora, o 1º CEB já fora, entre 2007 e 2016, o ciclo com “a variação negativa mais significativa (-18,9%)”, com uma diminuição de 94 598 alunos. (ver Fig 3.2.16.) A Figura 3.2.16 demonstra a descida no número de novas entradas no 1º CEB. Em 2015/2016, entraram menos 25.795 crianças (-24,1%) do que em 2006/2007. E, entre 2014/2015 e 2015/2016, só num ano letivo, há uma diminuição de 4.738 alunos (cerca de 6%).

Refere o relatório do CNE que o ensino público perdeu 31.089 docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, entre 2006/07 e 2015/16, não só devido à quebra da natalidade, mas muito por causa dos mega-agrupamentos, do aumento do número de alunos por turma, das alterações curriculares e de outras medidas economicistas tomadas nesses anos.

O número de docentes do 1º CEB diminuiu de forma constante entre 2009/10 e 2014/15 no ensino público (-6209). (ver Fig. 4.1.8) Em 2015/16 houve um aumento de 622 docentes neste setor relativamente a 2014/15. Esse aumento “não se traduziu num rejuvenescimento do corpo docente deste nível de ensino, pois continua a observar-se um decréscimo do número de docentes com menos de 30 anos e dos que têm entre 30 e 39 anos e um aumento dos que têm idade superior a 50 anos”. É bem visível o crescente enve-

lhecimento dos docentes. São 70,8% dos docentes do 1º CEB que têm mais de 40 anos de idade. Termina com uma afirmação do CNE: “O decréscimo no número de alunos e o facto de a idade de reforma estar atualmente nos 66 anos e três meses permitem antever dificuldades de rejuvenescimento do pessoal docente nos próximos anos”. Como em 2018 já acrescentaram mais um mês e para 2019 já serão necessários 66 anos e cinco meses, o caso está mesmo malparado. ■

Figura 3.1.3. Nados vivos (Nº). Portugal



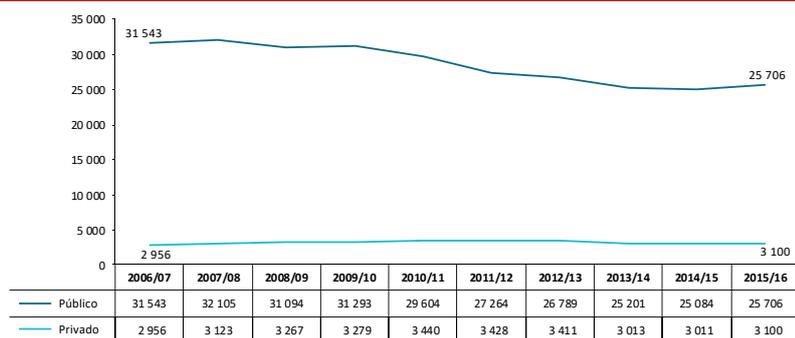
Fonte de dados: PORDATA, atualização de 27-04-2017  
Fonte: CNE

Figura 3.2.16. Evolução de alunos matriculados (Nº) no 1º ano, do 1º ciclo, com 5 e 6 anos. Continente



Fonte de dados: DGEEC, 2017  
Fonte: CNE

Figura 4.1.8. Evolução dos professores do 1º CEB (Nº), por natureza do estabelecimento de ensino. Portugal



Fonte de dados Educação em Números - Portugal 2017, DGEEC  
Fonte: CNE



# Dados da educação pré-escolar pública no Continente

- **Cremilde Canoa**  
|Dirigente do SPGL|

## Sobre os estabelecimentos da rede pública do continente

Tipologia		Jl	Jl+ 1º CEB	Jl+ 1º/2º CEB	Jl+ 1º/2º/3º CEB	Jl+ 1º/2º/3ºCEB+ SEC
Regiões	Norte	390	957	4	23	4
	Centro	546	494	3	23	3
	Área M. Lisboa	115	393	2	12	1
	Alentejo	140	186	2	19	1
	Algarve	34	67	0	7	0
Totais		1225	2097	11	84	9
Total Nacional		3426				

- No relatório não é mencionado o número total de salas de Jardim de Infância

## Sobre a frequência da Educação pré-escolar

- Em 10 anos, este sector de educação teve um decréscimo de 4037 crianças a frequentar a educação pré-escolar, embora tenha havido anos de crescimento. Passou de 263.887, em 2006/07, para 259.858, em 2015/16. O pico mais alto foi atingido no ano 2010/11, em que se registou 276.125 crianças inscritas.

- É na Área Metropolitana de Lisboa que existe a maior percentagem de crianças na faixa etária de frequência da educação pré-escolar, sendo:

-dos 0 aos 4 anos- 19,5%;

-dos 5 aos 9 anos – 21,4%  
 - Segundo a análise feita às idades, regista-se um crescimento no número de inscrições de crianças de 3 anos e de 6 anos, contrariando pelo decréscimo registado nas inscrições das crianças de 4 e 5 anos. Significativo é o aumento das crianças de 6 anos (as de idade não obrigatória no 1º CEB) que, em 10 anos, passou de 2734, em 2006/07, para 7672, em 2015/16.  
 - É no sector pré-escolar que se regista a maior percentagem de frequência no ensino privado, atingindo 47,1% do total de inscrições do país.

### Sobre a taxa de cobertura

- A taxa de cobertura da educação pré-escolar evoluiu positivamente em todas as faixas etárias. É no ano letivo 2011/12 que os valores máximos foram atingidos, à exceção da faixa etária dos 3 anos.

Anos letivos		2006/07	2011/12	2015/16
Idades	3 anos	63%	78,4%	79,9%
	4 anos	80,9%	91,6%	90,1%
	5 anos	89,2%	97,6%	94,8%
Cobertura total (dos 3 aos 5 anos)		89,2%	97,6%	94,8%

- Analisando os dados por regiões, constata-se que é no Alentejo e no Norte que a cobertura tem maior expressão. No entanto, também a região Centro está acima da média, enquanto as regiões da Área Metropolitana de Lisboa e Algarve registam valores abaixo, apesar de terem crescido nos últimos dois anos.

### Sobre os docentes

- Ao longo dos 10 anos a que o estudo se reporta, o número de educadores de infância teve um decréscimo, de forma constante. Em 2006/07 exerciam funções nos Jardins de Infância da rede pública 11 007 educadores de infância e, em 2015/16, registou-se o total de 8 941. Esta descida começou a verificar-se no ano letivo 2009/10. Considerando os

anos do início (2006/07) e do fim (2015/16), o ensino público perdeu 18,8%.

- De acordo com os dados constantes no relatório, do total nacional de educadores de infância, em 2006/07, 60% exerciam funções no ensino público e 40% no privado, para uma frequência de 52% de crianças no público e 48% no privado. Em 2015/16, a proporção de docentes do ensino público era de 56% e no privado 44%, enquanto 53% das crianças frequentavam o subsistema público e 47% o privado.

- O envelhecimento acentuado do corpo docente é patente na educação pré-escolar. Dos educadores de infância em exercício de funções, 76% tinha mais de 40 anos de idade em 2015/16. Ao longo dos 10 anos, a percentagem dos docentes com menos de 30 anos diminuiu de 12,6% para 4,3%, enquanto os de idade igual e superior a 50 anos aumentou de 13,1%

para 45,6%.

- Na análise às habilitações académicas do pessoal docente da educação pré-escolar, constata-se um nível elevado de qualificação. Em 2015/16, no continente, 81% dos educadores eram detentores de licenciatura ou grau equiparado, 6% tinham mestrado ou doutoramento e 13% bacharelato ou outras. Relativamente a 2006/07, constata-se um aumento de 5 pp dos mestres ou doutorados e uma diminuição de 6 pp dos bacharéis e outras habilitações, mantendo-se a percentagem dos licenciados ou equiparados.

- Quanto ao vínculo contratual, os educadores pertencentes ao quadro do Ministério da Educação representam, em 2015/2016, no Continente, 93%, sendo o universo de contratados só de 7%. Em 2006/07 esta proporção era de 95% para 5%, respetivamente.

te. A evolução ao longo dos 10 anos mostra que nos anos letivos 2009/10 e 2010/11 a percentagem de educadores contratados foi a mais elevada, com 15% e 14%, respetivamente.

### Sobre o financiamento

Sobre o financiamento da educação pré-escolar, o estudo do CNE escreve que “*verifica-se um aumento do valor total atribuível à rede pública*”, que aumentou, em 2016, 4.3% relativamente ao ano anterior e “*13.4% por referência ao início da série*” (2007). Contrariamente, em 2016 as redes particulares e cooperativas “*mantiveram os valores da despesa*” e mostram “*uma diminuição de 40% da despesa relativamente a 2007*” (pg. 219).

Este aumento da despesa pública na educação pré-escolar acompanha, de resto, a evolução na despesa pública nos ensinos básico e secundário, setores que, na década considerada, atingiram a maior despesa em 2010 e o maior constrangimento em 2012. Mas o valor de 2016 é apenas ligeiramente superior ao de 2007. Registe-se aliás que no 1º ciclo há mesmo uma diminuição. A despesa pública com o ensino básico e secundário particular e cooperativo atingiu nesta década o valor mais elevado também em 2010, decrescendo significativamente até 2014, após o que regista ligeiras subidas em 2015 e 2016. ■

**A taxa de cobertura da educação pré-escolar evoluiu positivamente em todas as faixas etárias**

**Dos educadores de infância em exercício de funções, 76% tinha mais de 40 anos de idade em 2015/16**



# Envelhecimento progressivo, desgaste e precariedade crescentes entre os docentes

• **Victor Vasconcelos**

Dirigente do SPGLI

**S**e olharmos para o retrato dos docentes revelado pelo Estado da Educação 2016, estudo da autoria do CNE, deparamos com uma classe envelhecida, 83,7% dos professores do ensino público têm mais de 40 anos de idade, e que não se renovou, apenas 0,4% têm menos de 30 anos. E este fenómeno de envelhecimento é progressivo, 39% dos professores do ensino público tinham mais de 50 anos de idade em 2015.

A análise da evolução por grupo etário revela que é entre os docentes do 2º CEB que encontramos o grupo mais envelhecido.

Esta constatação, de grupo mais envelhecido, ganha consistência quando se verifica que a percentagem de docentes com idade igual ou superior a 50 anos de idade, a lecionar no 2º CEB, passou de 33,6% para 48% nos últimos dez anos.

Por outro lado, o estudo do CNE aconselha o ME a encarar com muita atenção a questão da relação entre o envelhecimento progressivo da classe docente e o reporte, que os professores do 3º CEB e ensino secundário, acima dos 50 anos, fazem sobre os níveis baixos de disciplina em sala de aula. É interessante verificar que os alunos reconhecem que a disciplina está muito ligada à ca-

pacidade de os professores manterem a ordem e o silêncio em sala de aula. A nossa experiência diz-nos que o fosso geracional, que se acentua cada vez mais entre alunos e professores, provoca uma incompreensão mútua face ao que se considera ser um comportamento adequado em sala de aula. Cada vez é mais frequente o choque entre atitudes e valores de gerações que estão muito afastadas no tempo, mas também socioculturalmente, o que se reflete no processo de ensino e aprendizagem. O excessivo número de alunos por turma também é potenciador de fatores perturbadores.

Como se não bastasse o peso

natural da idade e as suas consequências ao nível da saúde, a classe docente também está submetida a um desgaste profissional resultante de uma avalanche de tarefas burocráticas que acresce ao trabalho direto com os alunos. Entre os países referenciados no estudo do CNE, são os professores portugueses os que declaram ter mais tempo de trabalho por semana, 40 horas. A excessiva delegação de responsabilidades e atribuições que se sobrepõem à lecionação, sendo que esta, só por si, exige momentos de preparação de aulas e avaliação de alunos, levam a um desgaste físico e psíquico que aumentam as situações de doença e de necessidade de apoio na saúde. Esta situação tem sido agravada com a falta de respeito pelo horário de trabalho, ao atribuir-se atividades com alunos nos tempos da componente não letiva de estabelecimento.

A falta de rejuvenescimento da profissão também está sinalizada. Salienta-se no estudo a faixa etária dos que têm menos de 30 anos a lecionar no ensino público do Continente e que representam apenas 0,4% do respetivo corpo docente. Mesmo assistindo-se ao panorama de envelhecimento progressivo dos docentes, não há renovação de quadros que contrarie este problema.

Impõe-se uma mudança de rumo na política educativa de seleção e recrutamento de professores para que seja restabelecida uma diversidade etária nas escolas, de modo a suscitar uma transição geracional que amortecia o choque da saída abrupta, que se prevê a médio prazo, de muitos milhares de docentes que atingirão a idade para a aposentação. Segundo dados recentes fornecidos pelo ME, mais de 20 mil docentes já se encontram no cômputo geral do 8º e 9º escalão da carreira, apesar do congelamento de mais de 9 anos de tempo prestado em serviço.

Com esta estratégia inaceitável do ME em não proceder ao rejuvenescimento do corpo docente, as escolas perdem, a cada ano que passa, uma identidade e uma cultura que só a diversidade

etária poderá cimentar, através de uma transmissão geracional de valores e práticas pedagógicas entre docentes que estejam estabilizados nos quadros, e que sintam que estão numa escola de forma permanente, convictos que o seu trabalho pode fazer a diferença com a sua continuidade.

Atendendo a dados posteriores à data deste estudo do CNE, neste ano letivo 2017/2018, mesmo após a vinculação de 3434 professores verifica-se que, num universo de 36 mil candidatos a concurso, foram contratados durante o primeiro período mais de 18 000 docentes, o que vem ilustrar que o número de vinculações ficou muito aquém da satisfação das necessidades das escolas.

A precariedade impera e a instabilidade contratual acaba por refletir-se negativamente na vida pessoal e profissional destes docentes. Os professores contratados, na sua maioria situando-se na faixa etária entre os 30-39 anos de idade, todos os anos veem adiado o seu ingresso na carreira e a impossibilidade de dar continuidade pedagógica ao trabalho iniciado meses antes, numa escola que continuará no ano seguinte a ter a mesma necessidade que se constata ser permanente.

Apesar da emergência de situações de precariedade em grande escala, o envelhecimento, as condições de trabalho, a satisfação profissional e pessoal, a motivação, o *stress* e a insegurança condicionarem cada vez mais a classe docente, esta continua a obter resultados positivos resultantes da sua resiliência. Quando se olha para a situação dos alunos e escolas ao nível do final do 3º CEB e início do ensino secundário, os dados permitem-nos compreender que a maioria destas escolas está inserida em meio socioeconómico desfavorecido (76%), e que há uma percentagem considerável destes estabelecimentos que, apesar das dificuldades, consegue obter médias acima das expectativas.

Temos provado ao longo dos anos a competência do nosso trabalho nas escolas. Exigimos ser reco-

nhecidos. É um direito que nos assiste. E isso também passa pela recuperação dos 9 anos, 4 meses e dois dias do tempo de serviço não contado para progressão na carreira e referentes aos anos de congelamento. Por outro lado, a contagem integral de todo o tempo de serviço irá proporcionar um novo cenário na vida dos docentes. Muitos docentes passarão a estar em condições de ponderarem sobre seu futuro próximo, caso se proporcione a negociação de condições favoráveis para a sua aposentação.

Apesar do grosso da coluna da classe docente estar a aproximar-se rapidamente da idade para a aposentação verifica-se que, segundo dados posteriores ao estudo do CNE, em 2017 aposentaram-se apenas 718 professores e 37 educadores de infância. Este número de aposentações parece irrisório quando se sabe que provém de um contingente constituído por 122.452 profissionais.

Faz todo o sentido iniciar negociações com vista à aprovação de um novo quadro legal que garanta condições, incluindo horários de trabalho e um regime excecional de aposentação, que tenham em conta o elevado desgaste causado pelo exercício profissional dos docentes. ■

**Com esta estratégia inaceitável do ME em não proceder ao rejuvenescimento do corpo docente, as escolas perdem, a cada ano que passa, uma identidade e uma cultura que só a diversidade etária poderá cimentar, através de uma transmissão geracional de valores e práticas pedagógicas entre docentes que estejam estabilizados nos quadros**



# *A crise da liberal-democracia e a ascensão da extrema-direita*

Joaquim Jorge Veiginha

## **Itália**

Em 6 de dezembro do ano passado, manifestantes do grupo neofascista, Forza Nuova, cujo dirigente, Roberto Fiore, foi deputado europeu em 2008, assaltaram as instalações da revista Espresso e do jornal La Repubblica, publicações conhecidas pelas suas posições progressistas. Também em Itália quatro partidos, um alegadamente de centro-direita, a Forza Italia, e os outros três – Liga do Norte, Irmãos de Itália e Nós por Itália – claramente associados à extrema-direita nacionalista, formaram uma coligação. Segundo uma sondagem efetuada no dia 9 de janeiro deste ano, esta coligação encontra-se atualmente perto de obter 40% dos sufrágios, o que lhe permitirá beneficiar dum prémio de maioria atribuído às coligações que atingem este resultado que lhe proporcionará uma maioria absoluta, apesar do partido mais votado ser o dos populistas do Movimento 5 Estrelas, com 28%, à frente do Partido Democrático e dos seus aliados de centro-esquerda, com apenas 27,5%.

## **Áustria**

Em 15 de dezembro de 2017, na Áustria, Heinz-Christian Strache, líder do Partido

da Liberdade (FPÖ), que apesar da designação é um partido de extrema-direita nacionalista e xenófobo, entrou no governo austríaco a convite do primeiro-ministro Sebastian Kurz, líder do Partido Democrata Cristão (ÖVP), vencedor sem maioria das eleições legislativas, 17 anos depois de uma coligação entre estes dois partidos ter sido constituída. A grande diferença entre os dois períodos está na postura da União Europeia (UE): na primeira coligação numa UE constituída ainda por 15 países, 14 pronunciaram-se abertamente contra ela, enquanto relativamente à sua reedição imperou o silêncio e até o aplauso de alguns países do Grupo de Visegrado, de que se destacam a Hungria e a Polónia. O ÖVP vai assumir dois ministérios-chave, o dos Negócios Estrangeiros e o da Administração Interna. A Áustria irá ocupar a presidência rotativa da UE em 1 de Julho deste ano.

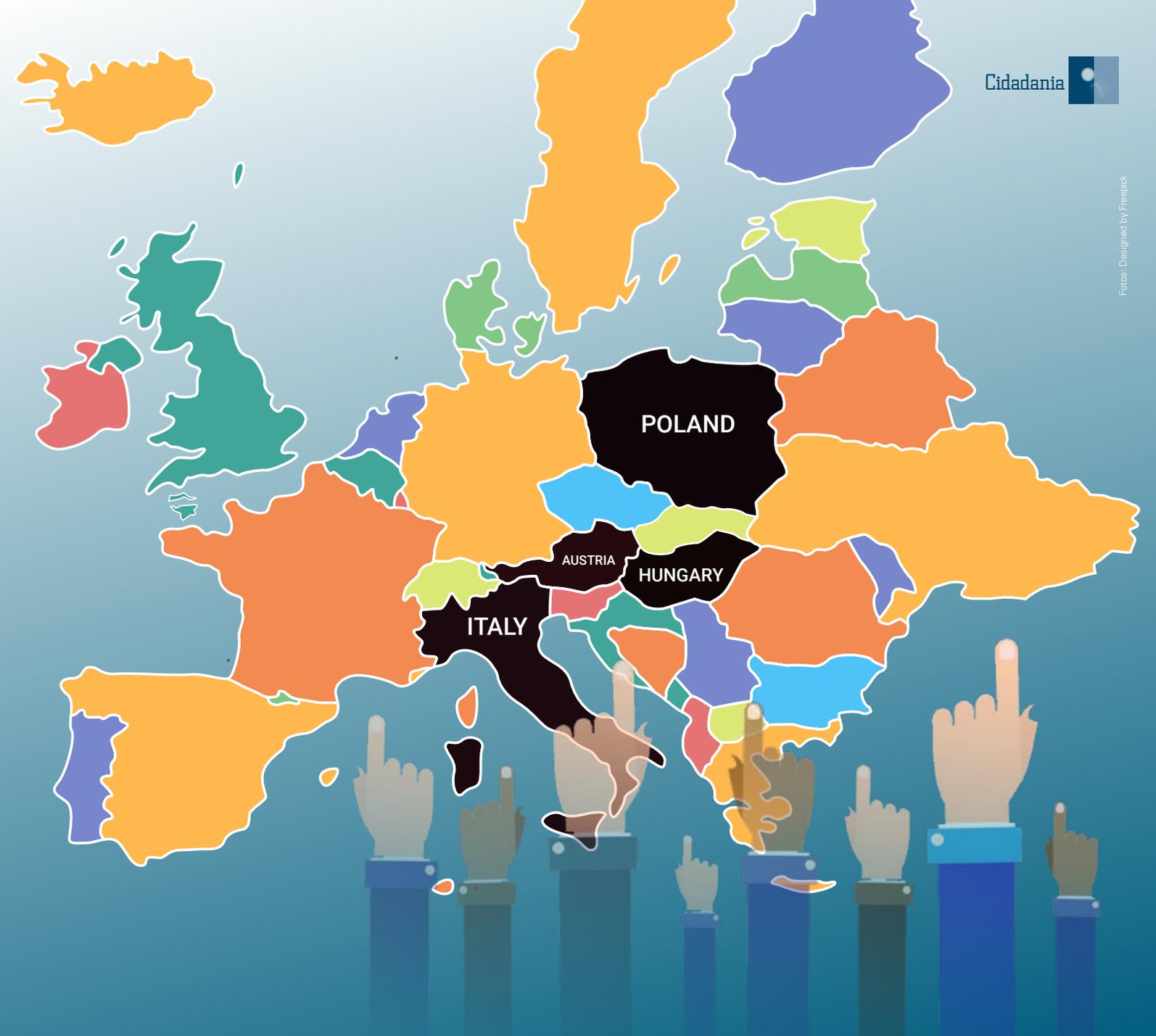
## **Polónia e Hungria**

Em 20 de dezembro do ano transato, os comissários europeus decidiram invocar o artigo 7º do Tratado da União Europeia que estabelece sanções contra um Estado que viole os princípios básicos da democracia política. Esse Estado é a Polónia onde o Partido da Lei e da Justiça

(PiS), cujo governo desfruta duma ampla maioria no Parlamento, pôs em causa a separação de poderes, instituindo, na prática, um sistema de nomeação e afastamento dos juízes do Supremo Tribunal e de outras instâncias inferiores pelo poder executivo. Por sua vez, a Hungria de Victor Orban, com uma maioria de dois terços no Parlamento, aboliu a independência do Tribunal Constitucional, reduziu a liberdade de imprensa aos jornais e publicações que o apoiam e, em aliança com a extrema-direita, tem-se notabilizado pela perseguição às minorias étnicas do seu país e pela oposição, juntamente com os seus confrades do grupo de Visegrado, a que se juntou a Áustria, ao estabelecimento de quotas para os imigrantes que procuram a Europa como último refúgio em consequência das guerras e dos massacres que proliferam em outras partes do globo.

## **O princípio maioritário**

Existe uma corrente política dominante no seio da liberal-democracia que é cúmplice desta situação. Trata-se precisamente daquela que define a democracia como “o governo da maioria”. Esta conceção é rotundamente falsa, não apenas porque a ‘maioria’ tem que respeitar a liberdade de opinião das minorias e a separação



de poderes, mas sobretudo porque a democracia exclui todas as formas de dominação em que se inclui precisamente a submissão das minorias à maioria governante. Esta baseia-se em dois princípios básicos que estão muito para além dos horizontes limitados da liberal-democracia, que facilmente se deixa capturar por grupos de interesse oligárquicos poderosos que a condicionam e a põem ao serviço dos seus interesses. O primeiro é que a democracia significa, antes de tudo, um regime político em que vigora uma forma inclusiva de liberdade baseada na autonomia e autodeterminação de cada um no contexto de regras comuns respeitadas por todos e não na sua submissão à vontade de outros. A segunda é que não é a vontade da maioria, uma vontade resultante da contagem aritmética dos

votos que pressupõe o indivíduo como um átomo isolado sem relação com os outros, mas a vontade geral, que os pressupõe, pelo contrário, como indivíduos associados na promoção do bem público em que todos sem exclusão devem necessariamente participar em pé de igualdade. Na democracia o poder económico deve estar subordinado ao poder político e ninguém deve possuir um poder tal que lhe permita dominar ou exercer um predomínio sobre os outros. Nada disto acontece na liberal-democracia. O princípio liberal-democrático da democracia como “governo da maioria” é hoje, como o foi em alguns períodos do século passado, a antecâmara da ascensão da extrema-direita, não nos admirando em consequência que partidos com essa orientação ideológica se autodesignem

como ‘partidos da liberdade’, como o austríaco, mas também o holandês. A este propósito e para memória futura, vale a pena citar estas palavras premonitórias que o socialista austríaco Max Adler (1873-1937) proferiu em 1926 no seu livro *Democracia Política e Democracia Social*: “Esquece-se com demasiada facilidade que o estado de sítio não é património exclusivo da monarquia antidemocrática; a república democrática também o prevê nas suas leis. Além do mais, pertence à própria essência da democracia política que um governo, apoiando-se no Parlamento, possa fazer que seja legitimada a ditadura por decisão maioritária; e não deixarão de fazê-lo na altura própria”. ■

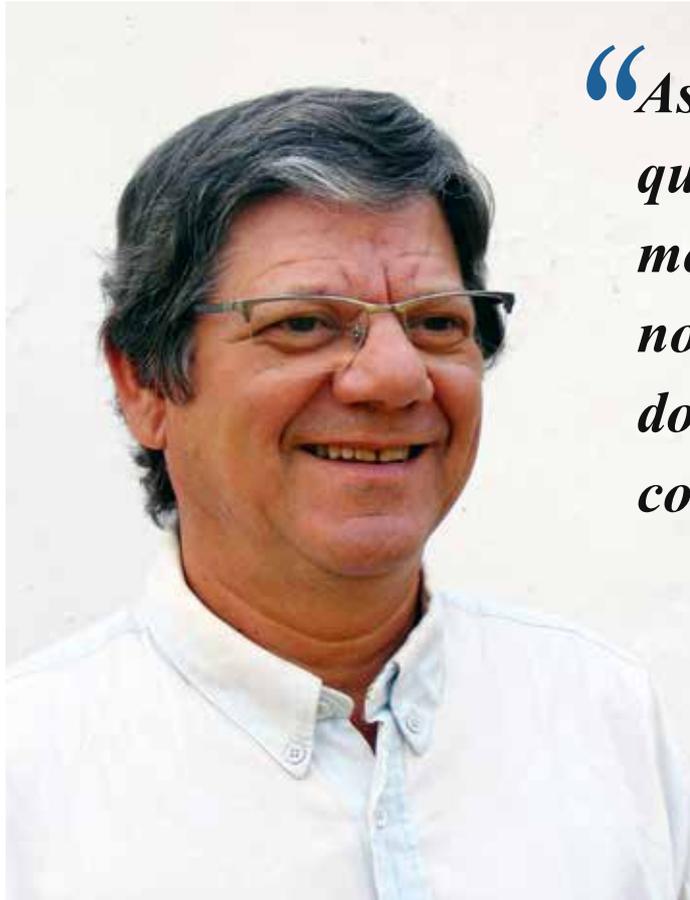


Foto: cedida pelo autor

*“As grandes questões que se colocam neste momento têm a ver, no fundo, com a modelização do subsistema da ADSE como instituto público”*

## Entrevista com

# António Nabarrete

Tesoureiro do SPGL e Conselheiro eleito para o CGS da ADSE

### O que está em debate neste momento em relação ao futuro da ADSE? Em particular, o que está em causa na polémica em torno das tabelas?

Há um debate geral sobre o futuro da ADSE que tem a ver com as suas novas características e com a sua sustentabilidade.

Neste momento a ADSE é um Instituto Público de Gestão Participada. Que foi uma fórmula encontrada – inicialmente de forma algo transitória como o próprio Ministro da Saúde reconheceu quando foi recebido pelo Conselho Geral e de Supervisão – ao arrepio do próprio programa de governo do PS, que apontava o caminho da mutualização.

O facto de a ADSE estar agora a consolidar-se como Instituto Público é, em parte, uma boa notícia para os seus beneficiários uma vez que mantém este sistema complementar de saúde com ligação ao Estado, que é a entidade patronal de todos os funcionários públicos. No entanto, esta nova realidade, tal como foi regulamentada, deixa o ónus do seu financiamento totalmente sobre os ombros dos seus beneficiários. Basta ver como Orçamento da ADSE

para 2018, integrado no Orçamento de Estado, não acolheu nenhuma das propostas iniciais do Conselho Diretivo da ADSE que implicavam participação financeira do Estado, nomeadamente as próprias despesas com o funcionamento do Instituto Público (mais de 8 milhões de euros) e a componente de apoio social traduzida na isenção de quotização de cerca de 55.000 beneficiários que recebem pensões abaixo da Retribuição Mínima Mensal Garantida (cerca de 32 milhões de euros).

E isto é um problema por várias razões, das quais destaco duas.

Primeiro, porque cria uma enorme desproporção entre o poder do Estado no campo legislativo, que é imenso e exclusivo, e a sua nula participação financeira.

Em segundo lugar, porque esta desresponsabilização é também um dos fatores que contribui para o nível muito elevado de quotização mensal a que ficaram sujeitos os seus beneficiários titulares pagantes. Que só poderá descer, sem pôr em causa a sustentabilidade da ADSE, alterando, preferencialmente de forma conjugada, os três fatores que poderão permitir essa redução da quotiza-

ção: a participação financeira do Estado (nem que seja em termos minimalistas, mas da mais elementar justiça, como acima referi), o alargamento faseado e bem estruturado do universo dos beneficiários mantendo a matriz da ADSE e o combate sem tréguas à fraude (de prestadores mas também de beneficiários), que assume muitas formas, das quais as tabelas de preços não são o elemento menor.

Convém lembrar, em jeito de conclusão sobre este tema, que a ADSE nasceu em 1963 tendo em vista, exatamente, a assistência na doença aos trabalhadores do Estado. Tal assistência era encarada pelo estado-patrão como um complemento salarial. Essa matriz inicial da ADSE tem-se mantido ao longo dos tempos. A própria comissão que fez o estudo para a sua reforma, encomendado pelo atual governo, salienta claramente que a ADSE não se deve substituir ao Serviço Nacional de Saúde, antes ser dele complementar, e que a sua relação com o Estado é umbilical, porque faz parte da relação patrão-trabalhadores. Por isso, é que o alargamento que está em estudo deve respeitar esta matriz: respeitar o âmbito

que engloba os trabalhadores da Administração Pública (seja qual for o seu vínculo), os aposentados que no ativo descontaram para a ADSE, os cônjuges e os filhos em determinadas condições.

### **E em relação às tabelas, que se poderá dizer?**

A questão das tabelas é mais complexa do que possa parecer à primeira vista. A proposta de tabelas que foi presente ao Conselho Geral e de Supervisão para emissão de parecer, através do Presidente do Conselho Diretivo da ADSE, foi o resultado de um estudo demorado, feito pelos serviços da ADSE, que incluiu consultas aos principais prestadores privados, cujo objetivo principal se centrava na necessidade de evitar a pulverização contabilística dos atos médicos. Esta prática aumenta, muito para lá do razoável, as transferências da ADSE para os grandes operadores privados e o peso da participação financeira dos beneficiários. Na prática, esta nova tabela procura centrar-se naquilo a que se chama tecnicamente preços compreensivos. Um exemplo que talvez possa ilustrar melhor o que está em jogo: imaginemos um beneficiário que é operado para a instalação de uma prótese. Sem preços compreensivos acordados, a unidade de saúde privada debita não a prótese como um todo mas cada um dos seus componentes. Não debita os dias de hospitalização com a assistência médica normal de manutenção mas, por exemplo, comprimido a comprimido, compressa a compressa (usando preços unitários abusivos como 10 euros por cada Paracetamol). E por aí fora.

É claro que há outras questões em cima da mesa, e é óbvio que nalguns casos pode fazer sentido a atualização de alguns preços de determinados atos médicos. Quer ao nível das consultas de especialidade quer no caso, por exemplo, da medicina dentária. Mas a parte mais importante, e a que está a levar os grandes prestadores privados a uma espécie de vertigem mediática com elementos de ameaça, é a quebra de receitas que poderão vir a ter através da aplicação dos preços compreensivos para os atos médicos complexos, o que é da mais elementar justiça.

Há problemas nalguns campos, e já re-

feri a estomatologia, em que a participação, considerada muito baixa, da ADSE e dos beneficiários, leva a que estes tenham de pagar do seu bolso a maior parte dos atos médicos. O que acontece muitas vezes é que os beneficiários são atraídos a clínicas dentárias que têm acordo com a ADSE mas em que tudo o que lhes é proposto, excepto a consulta inicial, fica fora da comparticipação. É uma situação a ser revista. Não se pode esperar que o Conselho Geral e de Supervisão, que tomou posse em outubro de 2017, possa tratar tudo ao mesmo tempo, com qualidade de análise e propositura adequada. Tem de haver algum tempo de maturação, até porque os interesses em jogo no interior do próprio conselho são muito diversificados e, por vezes, contraditórios. Não esquecendo que os seus pareceres não são vinculativos e que, em última análise, quem decide é o Conselho Diretivo e o Governo.

A pressão sobre o Conselho Geral e de Supervisão é enorme e vem de todos os lados. Do governo que quer uma alternativa ao Decreto-Lei n.º 118/83, que estabelece o funcionamento e o esquema de benefícios da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), uma vez que esta passou a Instituto Público de Gestão Participada. E quer uma alternativa rapidamente! Principalmente porque está convencido de que um alargamento rápido, ainda que pouco fundamentado, é essencial para a sustentabilidade da ADSE. Mas a pressão vem também dos próprios beneficiários que querem ver, também rapidamente, os seus familiares com acesso ao sistema complementar de saúde dos funcionários públicos, sem muita paciência para estudos e análises mais aprofundadas.

As grandes questões que se colocam neste momento têm a ver, no fundo, com a modelização do subsistema da ADSE como instituto público. Que, no essencial, o Conselho Geral e de Supervisão, no seu todo, considera que é talvez a solução mais equilibrada para substituir a extinta direcção-geral. Mas que tem de ser afinada. Desde uma nova definição do Regime de Benefícios (que contemple um alargamento da base dos beneficiários que continue a garantir a

solidariedade intergeracional e inter-profissional) até à construção dos novos Estatutos, sem esquecer a elaboração de um plano estratégico que permita uma visão a médio e longo prazo tanto do ponto de vista da sustentabilidade como de orientação no sentido das decisões mais justas para os beneficiários e os seus familiares.

### **A Ordem dos Médicos é perentória, com declarações do seu bastonário a dizer que, com o abaixamento do que é pago pela ADSE, boa parte dos médicos deixará de fazer acordos com a ADSE. É uma ameaça a sério?**

Eu penso que ele entrou num campo muito mais “resvaladiço” do que aquele que a pergunta parece evidenciar. O que ele disse é que os hospitais privados devem recusar as tabelas da ADSE. Isto é, ele, que devia pugnar pela dignidade do exercício da profissão médica, veio à liça como “advogado de acusação” da ADSE, por esta querer combater a fraude e a sobrefaturação, e colocou-se como “ponta de lança” da defesa dos interesses financeiros dos grandes hospitais privados. Desencantou, para esse efeito, um determinado exame urológico (entre centenas e centenas de atos médicos) que estará subvalorizado financeiramente. Eu até posso admitir que num ou noutro caso seja preciso fazer um ou outro ajustamento dada a complexidade das tabelas, e o exemplo citado pelo Senhor Bastonário da Ordem dos Médicos poderá ser um deles. Agora, vir publicamente tomar partido na “guerra” levada a cabo pela grande hospitalização privada na comunicação social contra a ADSE é, no mínimo, muito original, para me ficar por aqui. Convém, contudo, separar a necessidade de combater a sobrefaturação levada a cabo, em certos casos, pelos grandes grupos de saúde privados, de qualquer teoria de hostilização da medicina privada pela ADSE. Só quem não estiver atento, e não compreender que a ADSE é um sistema complementar de saúde que serve os seus beneficiários contratualizando com a medicina privada os mais diversos tratamentos, é que pode dar aval a tal confusão. A ADSE deve ter uma relação aberta e justa com as entidades privadas de saúde, respeitando os acordos com essas entidades

e fazendo-se respeitar por elas. Os trabalhadores e os seus familiares que são beneficiários da ADSE são também contribuintes do SNS e a ele têm direito como quaisquer outros cidadãos. Aliás, a ADSE não pode, pelo que acabei de dizer, contratualizar nada com o SNS pelo que só pode fazer essa contratualização com sistemas privados de saúde. Mas, mesmo que tal fosse possível, seria o próprio SNS que não estaria em condições de o fazer devido aos seus conditionalismos próprios. Convém lembrar que o SNS despende praticamente metade do orçamento anual do Ministério da Saúde (num valor que ronda os 4.000 milhões de euros) para pagar as contratualizações que ele próprio tem com os prestadores privados, porque, infelizmente, a sua descapitalização e falta crónica de investimento, com especial realce para os anos da Troika, não lhe permitem dar resposta adequada no seu seio a todos cidadãos que dela necessitam.

A ADSE precisa é de fazer acordos justos com os prestadores privados, ter um bom sistema de auditorias que despistem fraudes ou sobrefaturações e ter uma política coerente de diversificação desses prestadores, quer em número quer em termos geográficos.

### **Que dizer sobre os grandes grupos privados e formas de sobrefaturação?**

Uma das grandes vantagens da ADSE é que, devido ao elevado número de beneficiários, tem a possibilidade de negociar acordos relativamente justos com os prestadores privados de saúde. Basta ver que a ADSE, com o número de beneficiários que tem, constituiu-se claramente como a maior fatia financeira que qualquer grupo privado

pode receber, independentemente de os valores unitários de alguns atos médicos poderem ser inferiores aos praticados relativamente a alguns seguros de saúde.

Onde é que há sobrefaturação por parte destes grupos? Exatamente nas práticas que agora a ADSE pretende travar. E, honra lhe seja feita, a atuação do Conselho Diretivo nesta matéria consta exatamente de uma proposta por ele apresentada ao CGS que recebeu parecer unânime do conselho na sua parte mais significativa. A sobrefaturação é feita pela ausência de preços compreensivos, por um lado, e, por outro, pela oferta exagerada de exames e de meios auxiliares de diagnóstico, muitas vezes inúteis ou redundantes, que fazem crescer as comparticipações. Prejudicando os beneficiários e a própria ADSE.

No que respeita aos preços compreensivos, estamos a avançar. Esta resposta muito enérgica dos prestadores privados mostra a pertinência da questão. Mas, neste mundo muito agressivo e mediático em que vivemos, acaba por ser normal. Faz parte da própria negociação.

Claro que a fronteira entre o que são exames redundantes, ou desnecessários, e exames médicos essenciais está muito para além das questões financeiras. O seu tratamento tem de ser feito com assessoria médica responsável. Por isso é que nós (os três eleitos pela Lista G no âmbito da Frente Comum, juntamente com o representante da Frente Comum e a representante do MURPI), estamos a envidar grandes esforços para encontrar um médico reputado, de preferência com experiência de gestão, para ocupar o lugar de vogal do Conselho Diretivo que ainda falta preencher neste modelo de Instituto Público (o Presidente do Conselho Diretivo e o outro vogal foram nomeados pela tutela e estão em funções). Convém salientar que este vogal é indicado apenas pelos nove representantes dos beneficiários (quatro eleitos e cinco em representação de organizações sindicais ou de aposentados), e não pelos dezassete membros do CGS, tendo o “campo da CGTP/Frente Comum”, digamos assim, a maioria (5 em 9).

E porque é que isso é importante? É importante porque pode permitir à

ADSE, do ponto de vista técnico, uma negociação muito mais filigranada, bem sustentada, mas evitando resvalar no oposto do que hoje acontece muitas vezes, isto é, limitar exames e práticas médicas essenciais à saúde dos beneficiários. É preciso encontrar um ponto de equilíbrio que nos casos de maior dúvida, ou divisões a “cinquenta por cento” nas opiniões médicas, permita à ADSE decidir pela positiva.

### **Em relação ao grupo da sustentabilidade – quais são as perspetivas?**

Um pouco de história rápida. O Conselho Diretivo, muito antes de o CGS estar constituído na sua totalidade, encomendou dois estudos, um deles a uma empresa internacional, tendo em vista obter indicações sólidas sobre a sustentabilidade da ADSE e em que condições. O estudo, a que o CGS teve acesso em outubro passado, modelou toda a sua referenciação tendo por base a inevitabilidade de um alargamento muito substancial do universo dos beneficiários. Sem pôr em causa as capacidades técnicas dessa empresa internacional, o CGS considerou, no parecer que aprovou por unanimidade sobre a alteração do Regime de Benefícios no passado mês de dezembro, que o estudo revela muita falta de fundamentação para as medidas que propõe. Faz lembrar um bocado o que aconteceu com o relatório da comissão nomeada por este governo para a reforma da ADSE. No articulado do documento defende-se a ligação ao Estado e nas conclusões aponta-se para a mutualização, como pretendia o governo que a nomeou. Nesta questão do alargamento a qualquer preço, e a toda a velocidade, claramente desejada e com vontade de imposição por parte do governo, estamos na mesma situação.

Convém a este propósito salientar que nós, no Conselho Geral e de Supervisão, não somos contra o alargamento. Apenas queremos que ele seja feito dentro da matriz da ADSE e que sejam conhecidos todos os impactos, positivos e negativos, antes de avançar com ele. Por exemplo: já demos luz verde ao Conselho Diretivo, no Conselho Geral e de Supervisão, para o alargamento da ADSE aos contratos individuais de trabalho. É uma questão da mais

**As grandes questões que se colocam neste momento têm a ver, no fundo, com a modelização do subsistema da ADSE como instituto público.**

**A ADSE só se tornará insustentável se nada for feito para contrariar o desequilíbrio geracional em que se encontra.**

elementar justiça e os impactos mais importantes são conhecidos. Também aprovámos dar nova possibilidade de inscrição a quem abandonou a ADSE, essencialmente como resposta ao aumento da quotização, mas também por outros motivos. A ideia do CGS não é excluir certos grupos se o impacto for negativo financeiramente. Se for justo incluí-los, nós queremos incluí-los. Mas temos de saber qual é o impacto para poder trabalhar em prol da sustentabilidade da ADSE.

Um exemplo claro disso foi a disponibilidade manifestada pelo CGS para que a ADSE volte a incluir um vasto grupo de cerca de 20.000 ex-beneficiários (cônjuges de beneficiários titulares na sua maioria) que, por passarem a ter um pequeno rendimento a partir de certa altura da sua vida (pensão mínima ou outras prestações muito baixas), foram excluídos da ADSE, por exigência do Tribunal de Contas (tal situação está prevista no Decreto-Lei n.º 118/83 que agora vai ser substituído). Evidentemente que a integração destas pessoas vai traduzir-se negativamente em termos financeiros para a ADSE. Mas o CGS acha que a sua exclusão foi injusta e conhece o impacto do problema. Como os estudos externos, que custaram imenso dinheiro à ADSE, não respondem às nossas preocupações, vários membros do CGS, entre os quais eu próprio e o Eugénio Rosa, voluntariamo-nos para a constituição de um Grupo de Trabalho que irá apresentar, até ao final deste mês de janeiro, os referenciais para a elaboração do estudo sobre a sustentabilidade da ADSE, estudo esse que deverá estar concluído entre finais de maio e a primeira quinzena de junho, tendo em vista dar indicações para o próximo orçamento da ADSE para 2019, que tem de ser entregue à DGO até ao início de agosto deste ano. É de salientar que quer os representantes do Ministério das Finanças no CGS, quer os do Ministério da Saúde, se prontificaram a integrar este grupo de trabalho.

Portanto, vamos trabalhar em condições muito difíceis, entre fevereiro e junho, para conseguir uma caracterização adequada da situação, que permita que o orçamento da ADSE para 2019 possa contemplar quer as receitas, quer os

custos financeiros previsíveis associados ao alargamento, entre outras questões muito importantes como o combate à fraude e à sobrefaturação. Convém recordar que os organismos do Estado só podem gastar o que está orçamentado. Caso houvesse um grande alargamento e a despesa da ADSE em 2019 viesse a ser muito superior ao esperado, e orçamentado, haveria o risco sério dos beneficiários não verem comparticipados os seus tratamentos e os prestadores privados não poderem ser ressarcidos. Daí a enorme importância de conhecer bem os impactos das decisões tomadas!

**Ainda sobre a sustentabilidade. Um jornal dizia que a almofada da ADSE se tinha reduzido a metade e ameaçava extinguir-se em 2018.**

Todos nós sabemos que os números podem ser “torturados” de muitas maneiras.

O que acontece neste momento é o seguinte: a ADSE tem reservas financeiras bastante razoáveis aplicadas na sua maior parte em instrumentos de dívida pública, uma vez que o sistema bancário deixou praticamente de remunerar os depósitos. Dada a forma como a ADSE funciona é difícil ter uma perceção muito exata da sua situação contabilística antes do encerramento das contas de cada ano. Ao longo do ano trabalha-se muito na ótica de tesouraria. A tramitação é demorada quer no Regime Livre, quer no Regime Convencionado. Contudo, é possível dizer que as despesas têm vindo a aumentar relativamente a ambos os regimes. O que talvez nos leve de volta à questão das novas tabelas e à questão da sobrefaturação. É que o número de beneficiários tem-se mantido mais ou menos constante nos últimos dois ou três anos e este período de tempo não é assim tão significativo em termos de envelhecimento rápido, e em massa, dos beneficiários com o conseqüente aumento das suas necessidades de tratamento! Seja como for é preciso tomar medidas no sentido da sustentabilidade a curto prazo. Há no entanto tempo e almofada financeira para o fazer com os impactos bem conhecidos. No entanto, o governo quer resolver rapidamente a questão do alargamento pelo que o CGS pode vir a ser ultrapassado em termos do parecer

**A ADSE precisa é de fazer acordos justos com os prestadores privados, ter um bom sistema de auditorias que despistem fraudes ou sobrefaturações e ter uma política coerente de diversificação desses prestadores, quer em número quer em termos geográficos.**

que emitiu em devido tempo.

Claro que o “rejuvenescimento” da ADSE é imperativo. Convém perceber que este sistema de saúde dos funcionários públicos se tornou complementar do SNS após a criação deste a seguir ao 25 de abril. Isso não impediu que crescesse enormemente nas décadas que se seguiram. Ora, essas pessoas estão a aposentar-se agora, ficando com menos rendimento. E, ainda que a percentagem de quotização seja muito elevada, o valor absoluto da quotização individual desce muito quando se passa do ativo para a aposentação. Por outro lado, pessoas com mais idade necessitam de mais tratamentos o que pressiona o orçamento da ADSE. A situação vai-se agravando a cada ano que passa. Se não entram novos funcionários da Administração Pública não pode haver novos beneficiários na ADSE que contribuam para o equilíbrio geracional do subsistema de saúde. Daí a importância do alargamento, para além das questões de justiça.

A ADSE só se tornará insustentável se nada for feito para contrariar o desequilíbrio geracional em que se encontra. E nós, no Conselho Geral e de Supervisão, queremos que se faça muito e no curto prazo. Mas trabalhando com dados fiáveis!

**Qual a interação entre o SNS e a ADSE?**

Não creio que haja algum beneficiário da ADSE que, se o SNS respondesse inteiramente àquilo que constitucionalmente está previsto, quisesse descontar mais 3,5% do seu salário ou pensão para ter ADSE, para além de tudo o que desconta como todos os portugueses. A ADSE tem que ser vista como um

complemento do SNS, que em nada o põe em causa. Funciona mesmo como válvula de escape de um Serviço Nacional de Saúde muito sobrecarregado e nunca será pela sua existência, nos moldes em que a defendemos, que o SNS não se poderá desenvolver para responder melhor às necessidades de todos os cidadãos.

A ADSE nasceu em 1963 e tem vindo a fazer o seu caminho. Quando o SNS foi criado a seguir ao 25 de Abril constituiu-se como um dos pilares mais importantes para o desenvolvimento do país. O sucesso do SNS é o sucesso de todos nós! Neste momento a ADSE é complementar do SNS e este poderia ficar ainda mais desestabilizado se a ADSE fracassasse! O que não vai acontecer!

Esta realidade não impede o crescimento do SNS, que depende de decisões políticas. Que é o mesmo que dizer que depende de todos nós. É desejável e fundamental que haja muito mais investimento no SNS, e muito mais qualidade, de forma a que o próprio SNS não precise de contar, em tão grande escala, com os operadores privados de saúde. Todos estes processos são lentos e difíceis. Todos esperamos que sigam num caminho positivo. Não há na atualidade, e num futuro mais ou menos próximo, nenhuma contradição entre a ADSE e o SNS. Há uma complementaridade de enorme importância para ambos.

**Última questão. Neste contexto, insistir numa redução para 1,5% é suicidário?**

O que eu posso dizer é o seguinte: com o rejuvenescimento da ADSE através de um alargamento que respeite a sua matriz, com uma negociação séria com os operadores privados que esbata a sobrefaturação, com um sistema ativo de auditorias que permita o combate à fraude e ao desperdício, é possível, a curto prazo, descer a percentagem de quotização dos beneficiários. Caso o Estado assuma, como é seu dever, a parte social que a ADSE cumpre relativamente aos beneficiários com baixos rendimentos, e que por isso estão isentos do pagamento de quotização, e assuma, como é lógico, os custos de funcionamento do Instituto Público, mais rapidamente essa descida pode vir a concretizar-se. ■



Entrevista com

## Eugénio Rosa

Economista. Membro do Conselho Geral da ADSE designado pelos sindicatos da Função Pública da Frente Comum

**“Faço um apelo final a todos os trabalhadores e aposentados da Função Pública para que se mantenham vigilantes e defendam a ADSE”**

**EI - O que está em debate, neste momento, em relação ao futuro da ADSE?**

De uma forma sintética responderia o seguinte: Impedir que, a curto prazo, sejam tomadas decisões que ponham em perigo a sua sustentabilidade económica e financeira, e destruídos os princípios em que assenta – solidariedade interprofissional e intergeracional – e a sua matriz e, a longo prazo, impedir a sua transformação num seguro de saúde de âmbito alargado, ou seja, num instrumento de destruição do SNS (*transformando este num “SNS dos pobres”*), com prestação também

de serviços de saúde próprios em que os beneficiários, embora financiando-a, não exercem qualquer controlo.

**Quais as principais questões a assinalar?**

As principais questões que estão neste momento em debate no Conselho Geral de Supervisão foram/são o alargamento da ADSE a mais beneficiários, a tabela de preços da ADSE quer do regime convencionado quer do regime livre, e a sustentabilidade futura da ADSE.

**Em relação ao alargamento da**

ADSE, e contrariamente ao projeto de decreto-lei elaborado pelo Conselho Diretivo sob a orientação do governo, que defendia o alargamento cego sem qualquer estudo de avaliação do seu impacto na sua sustentabilidade futura, o Conselho Geral de Supervisão da ADSE aprovou, por unanimidade, em seguimento da proposta que apresentamos conjuntamente com os eleitos com o apoio dos sindicatos da Frente Comum e do MURPI, que esse alargamento devia ser faseado – *numa 1ª fase, devia-se limitar aos trabalhadores da Função Pública com contrato individual de trabalho e com base num estudo credível do seu impacto* – e não devia pôr em causa a matriz em que assenta a ADSE.

**Em relação à tabela de preços,** opusemo-nos, conjuntamente com os eleitos com o apoio da Frente Comum e da representante do MURPI, a qualquer alteração na tabela de preços que determinasse mais aumento de encargos para os beneficiários, tendo também em conta a elevada taxa de contribuição (3,5%) que continua a determinar excedentes. Como consequência também da nossa oposição, a tabela de preços inicial apresentada pelo Conselho Diretivo da ADSE foi reformulada, tendo sido aprovado pelo Conselho Geral de Supervisão da ADSE um parecer favorável a uma tabela de preços que não determina qualquer aumento de preços para os beneficiários; pelo contrário, ela representa uma redução de encargos para eles estimada em 12,6 milhões €/ano e para a ADSE de 29,7 milhões €/ano. Em relação ao **Regime Livre** o Conselho Geral de Supervisão propôs ao Conselho Diretivo que a compartição da ADSE por consulta aumentasse de 20,45€ para 25€, o que representa para os beneficiários mais uma poupança de 2,5 milhões €/ano.

**Em relação à sustentabilidade futura da ADSE,** foi criado um grupo de trabalho, de que faço parte mais o António Nabarrete, para a estudar e propor medidas visando defendê-la e reforçá-la.

**Em termos de sustentabilidade do sistema – que perspectivas? Justifica-se um eventual aumento das contri-**

**buições dos trabalhadores? E uma eventual redução dessa contribuição? O alargamento da ADSE a novos beneficiários é uma perspetiva possível?**

Em parte, a resposta já foi dada na pergunta anterior. Acrescentaria apenas o seguinte: a sustentabilidade da ADSE não pode ser alcançada com o aumento das contribuições dos trabalhadores e aposentados; ela deve ser obtida com o combate eficaz à fraude e ao consumo desnecessário que é promovido pelos prestadores privados, nomeadamente os grandes privados de saúde, com o objetivo de aumentar os lucros. Em relação ao alargamento, depois de um estudo credível para avaliar o seu impacto, deve ser feito de uma forma faseada, mas sem pôr em causa a matriz da ADSE.

**Fala-se em preservar a matriz da ADSE. Em que consiste essa matriz?**

A matriz da ADSE está, a meu ver, intimamente associado à sua origem e às razões porque foi criada. Como reconheceu a própria Comissão para a reforma da ADSE, nomeada pelo atual ministro da Saúde, *“Na apreciação do papel da ADSE, a Comissão considera, maioritariamente, que a revisão do modelo institucional, estatutário e financeiro da ADSE tem de ser enquadrado como sendo parte das relações laborais do Estado com os seus trabalhadores, e não como um problema de organização do sistema de saúde português”* (pág. 21). Portanto é destinada exclusivamente aos trabalhadores da Função Pública quer no ativo quer na situação de aposentados ou reformados. Mesmo em 1979, quando foi criado o SNS, *“o Estado, enquanto entidade patronal mantém um regime de benefícios para os funcionários públicos, separando esta atividade da que lhe compete no domínio da organização do SNS”* segundo a mesma Comissão governamental (pág. 7). E isto porque a ADSE fazia parte do Estatuto laboral dos trabalhadores da Função Pública. Portanto, querer alargá-la a setores que não têm nada a ver com a Administração Pública, como pretende a direita, é destruir, a meu ver, a sua matriz e os princípios de solidariedade em que assenta; é um

passo dado na destruição da ADSE como ela é atualmente.

**Qual a interação entre SNS e ADSE? Há oposição? Há confluência? Como responder aos que, mesmo “de esquerda”, consideram a ADSE uma injustiça social?**

A ADSE é um subsistema complementar e nunca corrente do SNS, e nunca deve ser utilizado para o fragilizar e muito menos para o destruir tal como está definido na Constituição da República. Os trabalhadores da Função Pública têm o direito constitucional de acesso ao SNS, para isso pagam impostos, como qualquer português, que são utilizados no seu financiamento e, para além disso, descontam nos seus salários e pensões, mais 3,5%, para financiarem e terem a ADSE.

**Como articular o binómio autonomia – responsabilização do Estado?**

Como reconheceu a própria Comissão de reforma da ADSE nomeada por este governo, tendo sido mesmo consensual nela, *“o Estado não se poderá desligar completamente da ADSE”*, até porque a ADSE faz parte do Estatuto Laboral dos trabalhadores da Função Pública e o Estado, como empregador, tem responsabilidades importantes que daí decorrem.

**O mutualismo é uma opção credível?**

A meu ver, não é uma opção credível, pelo menos, em Portugal. Uma coisa são os princípios nobres do mutualismo, e outra coisa muito diferente é a prática do mutualismo no nosso país. A minha experiência de mais de 12 anos de participação intensa na atividade do Montepio, que tem 620.000 associados, mostrou-me que as associações mutualistas são rapidamente capturadas por grupos que se instalam, que se apoderam e dominam o seu aparelho, eternizando-se assim, e os associados perdem o controlo da associação mutualista. E depois, esses grupos assim instalados utilizam a associação mutualista em seu benefício, e não em benefício dos associados, causando graves prejuízos a estes. A agravar esta situação, não existe por parte do Estado qualquer supervisão credível e ativa. A transformação da

ADSE numa mútua, até porque movimentava cerca de 600 milhões €/ano, corria o sério risco de ser rapidamente capturada, embora de uma forma indireta, pelos grandes grupos privados de saúde em seu benefício (*maior que atualmente*) que estão vitalmente interessados nela, porque a sobrevivência de alguns deles e os seus lucros têm como origem os serviços faturados à ADSE. É com base na experiência concreta de muitos anos de atividade na maior associação mutualista existente em Portugal, e também para impedir a total desresponsabilização do Estado, que sempre me opus publicamente à transformação da ADSE numa mútua e defendi que ela fosse um Instituto Público de gestão participada com controlo dos beneficiários, pois são estes que a financiam com os seus descontos.

### **As alterações introduzidas na ADSE com a sua transformação em instituto público fortaleceram-na ou enfraqueceram-na?**

A meu ver fortalecem-na porque há maior fiscalização, e maior controlo pelos representantes dos beneficiários,

o que não acontecia enquanto foi uma direção geral.

Embora o Conselho Geral de Supervisão da ADSE não tenha um poder vinculativo (as suas decisões não vinculam o Conselho Diretivo), contrariamente ao que sempre defendi e, embora 8 dos 17 membros sejam nomeados pelo governo e pelas Autarquias, no entanto 9 membros são representantes dos beneficiários (4 eleitos diretamente, 3 designados pelos sindicatos e 2 pelas associações de aposentados e reformados) e, mesmo assim, por terem direito à informação e a emitirem pareceres sobre as questões mais importantes da gestão da ADSE, acabam por ter uma influência grande nas decisões tomadas. A prova disso está no que sucedeu em relação à proposta de alargamento da ADSE e à alteração da tabela de preços da ADSE que relatei nas Informações 2 e 3 que fiz aos beneficiários da ADSE<sup>(1)</sup>. No entanto, as pressões e a chantagem dos grandes grupos privados de saúde (*mais de 85% da faturação do regime convencionado, ou seja, mais de 250*



*milhões €/ano, é faturados apenas por cinco grupos de saúde, a saber: Luz Saúde, Mello Saúde, Lusíadas Saúde, Trofa Saúde, SANFIL*) são enormes sobre o Conselho Geral de Supervisão na defesa dos seus interesses e lucros à custa da ADSE, ou seja, dos trabalhadores e aposentados da Função Pública. **Os riscos são também enormes de que o Conselho Diretivo e o governo cedam à chantagem dos grandes grupos privados de saúde. Por isso faço um apelo final a todos os trabalhadores e aposentados da Função Pública para que se mantenham vigilantes e defendam a ADSE, apoiando os seus representantes no Conselho Geral de Supervisão da ADSE. ■**

<sup>(1)</sup> [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com)

## **SPGL solidário com luta dos brasileiros pela justiça, pela democracia e soberania dos povos**

Ao senhor Embaixador do Brasil em Portugal

Ex.mo senhor Embaixador,  
A direção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), tal como milhões de portugueses das mais variadas profissões e posicionamento político e sindical, acompanha com profunda preocupação a campanha política e mediática que procura “legalizar” o golpe parlamentar que destituiu uma presidente legitimamente eleita, sobre a qual não pesa qualquer crime comprovado, e que, bem ao contrário, é detentora de um passado de duros combates em defesa das liberdades, da justiça social e da dignidade humana.

Na sequência deste golpe, o governo de Temer está desencadeando violentas campanhas contra as conquistas sociais e laborais dos governos anteriores – de Lula da Silva e de Dilma Rouseff.

O golpe parlamentar ameaça consumir-se através de ações judiciais, a partir de denúncias nunca provadas contra Lula da Silva, cujo objetivo é impedir a sua candidatura à presidência da República do Brasil, sendo público que Lula da Silva libera por larguíssima margem as sondagens publicadas.

Sabemos que Lula da Silva representa para milhões de homens e mulheres no Brasil a existência dos direitos mais elementares dos brasileiros – o direito ao pão, à educação, à saúde, às liberdades

democráticas. A candidatura presidencial de Lula da Silva congrega o apoio de forças políticas e sindicais, do mundo do trabalho, das organizações dos trabalhadores sem terra e de largos setores da igreja católica do Brasil.

Perante estes factos, o SPGL, em nome da solidariedade para com aqueles que se batem pela justiça, pela democracia e soberania dos povos, associa-se à luta de todos quantos, no Brasil, exigem que seja levantada a acusação sem provas contra Lula da Silva e garantido o direito à sua candidatura à presidência da República do Brasil.

Lisboa, 23 de janeiro de 2018

*O Presidente do SPGL*



# Precariedade: é urgente combater



Foto: Designed by Freepik

**João Pereira**  
Professor Contratado

O combate ao trabalho precário tem estado inserido na agenda de vários governos tendo sido considerado uma prioridade para o atual Governo. Se é inquestionável que houve melhorias ligeiras também verificamos que estamos longe de resolver a precariedade.

O ano 2017 ficou marcado pela realização de um Concurso de Integração Extraordinário e por uma nova alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012 de 27 de junho. Enquanto o primeiro visava ser uma “*medida que contribui para a promoção do emprego e o combate à precariedade*”, no segundo procedeu-se a algumas alterações no decreto-lei que rege os concursos de docência. De acordo com os resultados publicados, estas duas medidas levaram a que 4363 professores conseguissem a integração num Quadro de Zona Pedagógica (QZP) do Ministério da Educação (ME), 2820 através do Concurso de Integração Extraordinário e 443 através do concurso externo, ao abrigo da denominada norma-travão. A este número acrescentam-se ainda 171 professores que conseguiram a vinculação ao abrigo do Concurso de Integração Ex-

traordinário ao verem os seus Recursos Hierárquicos deferidos.

**Embora tivessem vinculado 3434 professores consideramos que o número foi insuficiente para suprir as necessidades reais de professores do sistema de ensino público, bem como para combater a precariedade instalada nos professores contratados.**

Ao analisarmos o número de contratações efetuadas pelo ME verificamos que foram contratados mais de 35000 professores ao longo do ano letivo 2016/17, entre os quais 6675 para horários completos e anuais até dia 15 de setembro de 2016. Durante este ano letivo já foram contratados mais de 5000 professores para horários completos e anuais, mais de 5000 professores para horários anuais, mas incompletos, e mais de 8000 professores em horários temporários. Mesmo após a vinculação de 3434 professores verificamos que foram contratados durante o primeiro período mais de 18000 professores, o que vem demonstrar que o número de vinculações ficou muito aquém do que seria necessário.

Através de uma análise realizada às listas de ordenação e colocação de professores contratados nos diversos Grupos de Recrutamento foi possível verificar que concorreram cerca de **36 mil candidatos**, dos quais 23000 na 2.ª prioridade e 13000 na 3.ª prioridade.

Focando somente na 2.ª prioridade, verificamos que mais de 20000 candidatos têm três ou mais anos de serviço, mais de 8500 têm dez ou mais anos de serviço e que perto de 5000 professores têm doze ou mais anos de serviço, número de anos exigido para que um candidato pudesse ser opositor ao último Concurso de Integração extraordinário. Não podemos deixar de referir que muitos destes professores já deveriam pertencer aos quadros do ME se o Estado cumprisse os requisitos gerais expressos na alínea c) do ponto 1 do art.º 148 do Código de Trabalho, e no ponto 1 do art.º 60 da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

**Perante estes dados e perante a exclusão dos docentes do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, esperamos que o Governo e o Ministério da Educação tomem medidas concretas e efetivas para combater a precariedade entre os professores contratados.**

**Urge que sejam apresentadas medidas que limitem o uso abusivo dos contratos a termo e que promovam uma verdadeira política de estabilidade e defesa da escola pública.**

**Está em causa a própria qualidade da Escola pública que sai prejudicada com a perpetuação da precariedade laboral destes professores. ■**

# Reposicionamento

## Ministério baralha o que parecia claro



Foto: Designed by Freepik

O reposicionamento dos professores e educadores integrados no 1º escalão da carreira (índice 167) entre 2011 e 2017, independentemente dos anos de serviço, por força da legislação restritiva em vigor nesse período, nos escalões em que deveriam estar se lhes fossem aplicadas as normas em vigor do Estatuto da Carreira Docente (ECD), viu-se inopinadamente ferido por medidas e exigências inaceitáveis com que o ME parece querer pô-lo em causa.

A pretensão mais violenta que o ministério quer aplicar é a de contar, para determinar os anos de serviço para o efeito, apenas o que foi prestado como profissionalizado. Isto é, antes da profissionalização os professores e educadores, embora com “funções docentes, não seriam docentes”...

(Convém recordar que essa mesma leitura foi feita em 1976 pelo ministro socialista Sottomayor Cardia, injustiça a que a luta dos professores pôs termo em 1986!)

Fundamenta-se o ministério numa interpretação inédita da conjugação dos artigos 2º e 36º do Estatuto da Carreira Docente. Diz o artigo 2º: “Para efeitos de aplicação do presente Estatuto, considera-se pessoal docente aquele que é portador de qualificação profissional para o desempenho de funções de educação ou do ensino (...)” E o artigo 36, no seu ponto 3, estabelece que “o ingresso na carreira dos docentes portadores de habilitação profissional faz-se no escalão correspondente ao

*tempo de serviço prestado em funções docentes (...)”*

Tudo isto faria total sentido se o sistema educativo não se visse forçado a contratar expressamente como professor e para funções docentes um número significativo de docentes em áreas disciplinares para as quais não há profissionalização ou esta é muito recente, como é o caso de vários domínios das artes e de cursos lecionados nas universidades que não incluíam a profissionalização, obrigando estes docentes a esperar por um lugar de estágio profissionalizante, nomeadamente em cursos específicos para esse efeito abertos pela Universidade Aberta.

Que os professores antes da profissionalização eram de facto professores, como o atestam os contratos assinados, era de tal modo evidente que, estando estas formulações em vigor desde 2007 (decreto-lei 15/2007, de 15 de fevereiro), largas centenas de professores foram integrados na carreira com contagem de todo o tempo de serviço, antes e depois da profissionalização!

Esta inédita interpretação agora tentada pelo ME, mesmo que se lhe reconheça alguma lógica se nos limitarmos “à letra” do ECD, a vingar, significaria uma violenta injustiça para os professores que não puderam fazer a sua profissionalização antes de entrarem em exercício de funções – em que se mostraram tão competentes e dedicados como os colegas já profissionalizados, períodos durante os quais foram sujeitos a avaliações anuais da sua atividade docente... O ministério anunciou que vai pedir à

Procuradoria Geral da República uma opinião jurídica sobre a matéria. Os sindicatos anuíram a tal pedido. Mas, como é óbvio, a questão não é de natureza jurídica: é de natureza política e de respeito pela profissão docente.

Além desta questão, também as exigências em torno da avaliação e da formação contínua ameaçam impedir o justo reposicionamento destes docentes. No projeto enviado pelo ME afirmam-se como exigências para o reposicionamento:

“ 2. Aos docentes a reposicionar é exigido o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) *Tenham obtido já, na avaliação do desempenho na carreira, pelo menos menção qualitativa não inferior a Bom;*

b) *Tenham um número de horas de frequência, com aproveitamento, de formação contínua ou de cursos de formação especializada obtidas após o ingresso na carreira, que seja pelo menos igual ao produto resultante da multiplicação do número de anos necessário para a progressão ao escalão em que devam ser reposicionados por 12,5.”*

Embora sejam os requisitos exigidos para a progressão na carreira, é absurdo exigir que os professores que ingressaram na carreira em período em que decorria o seu congelamento tenham já sido avaliados nessa condição. Por outro lado, a exigência da formação contínua já após o ingresso na carreira a estes docentes é outro absurdo, considerando que foram raras as ações de

formação que se realizaram de forma gratuita durante todo o período em que o congelamento do tempo de serviço ocorreu!

Além destas exigências, o ME assume claramente que, no imediato, o reposicionamento destes docentes significa a sua passagem ao 2º escalão (índice188), com a obrigação de terem aulas assistidas (requisito para progredir ao 3º escalão em situações normais dos docentes na carreira).

Só após o cumprimento deste requisito estes docentes poderão progredir ao 3º ou 4º escalões, de acordo com o tempo de serviço prestado. No 4º escalão ficam sujeitos à existência de vagas para acesso ao 5º escalão, a menos que tenham obtido classificação de Muito Bom ou Excelente no processo de avaliação – situação idêntica à dos restantes docentes.

No projeto entregue pelo ME, a chegada ao 5º escalão significa o fim do

processo de reposicionamento, considerando-se perdido o tempo de serviço remanescente.

É absolutamente inaceitável tal posição. O adiamento da 2ª reunião de negociação prevista para o dia 18 de janeiro para data não definida e o atraso na divulgação na prometida 2ª versão da proposta do Ministério da Educação começa a ensombrar bastante o ambiente e as justas expectativas dos docentes. ■



## LGP: criado o grupo de recrutamento

Após porfiada luta conduzida pela FENPROF, foi criado o grupo de recrutamento de Língua Gestual Portuguesa (LGP).

Contudo, o Ministério da Educação manifesta intenção de não considerar para efeitos de integração na carreira o tempo de serviço já prestado, defendendo que a partir de setembro próximo estes docentes serão colocados no 1º escalão, iniciando assim a sua carreira de docentes.

A FENPROF recusa esta solução, exigindo que seja contado todo o tempo de serviço prestado por estes docentes nos termos do ECD em vigor. ■



Foto: Designed by Freepik

## Recuperação do tempo de serviço

### Uma longa e difícil luta?

**D**ecorreu no passado dia 24 de janeiro a primeira reunião entre o M.E. e os sindicatos sobre o modo como serão recuperados para progressão na carreira os anos “sujeitos a congelamento” e perdidos nas várias alterações a que o Estatuto da Carreira Docente (ECD) tem estado sujeito. Foi uma reunião inconclusiva, uma vez que o ministério se limitou a apresentar uma tabela com o número de professores em cada escalão e dentro dele, a “di-

visão” por cada ano. O quadro apresentado permite concluir que o número de “mudanças de escalão” em 2018 inicialmente divulgado pelo governo (cerca de 51000) está claramente inflacionado.

Entretanto, a Assembleia da República aprovou, em 15 de dezembro de 2017, a resolução 1/2018, recomendando ao governo “a contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira”. ■

Prémio Urbano Tavares Rodrigues

Jurí premiou o romance “A Gorda”,  
de Isabela Figueiredo

# “Há só uma arte, viver”

|Paulo Sucena|

Texto lido aquando da entrega do prémio

**S**em qualquer hesitação, começo por afirmar que *A Gorda* é, por diversas razões, um dos melhores romances escritos em português neste século. Em primeiro lugar, porque é escrito de uma forma superiormente inteligente, com um hábil recurso a anacronias narrativas em que predomina a analepse, isto é, uma anacronia usada para acrescentar pormenores ou, no caso presente, matéria substantiva ao que foi narrado anteriormente. Essas analepses tornam-se essenciais à economia do romance, à sua fluidez narrativa, ao despertar constante da atenção e da inteligência do leitor. Mais do que para preencher lacunas, a narradora usa-as para o constante enriquecimento da história e o adensamento dos personagens. E fá-lo com um notável domínio do discurso narrativo que lhe permite um desdobrar, sempre em momento oportuno, do conteúdo de analepses anteriores. Assim nos vamos defrontando com a personalidade de Maria Luísa, a narradora, e a sua vida, com a personalidade de David, do papá e da mamã de Maria Luísa e suas histórias de vida, bem como com a de outros personagens secundários, mesmo que só referidos de passagem, como seja o Lunático que protagoniza uma cena

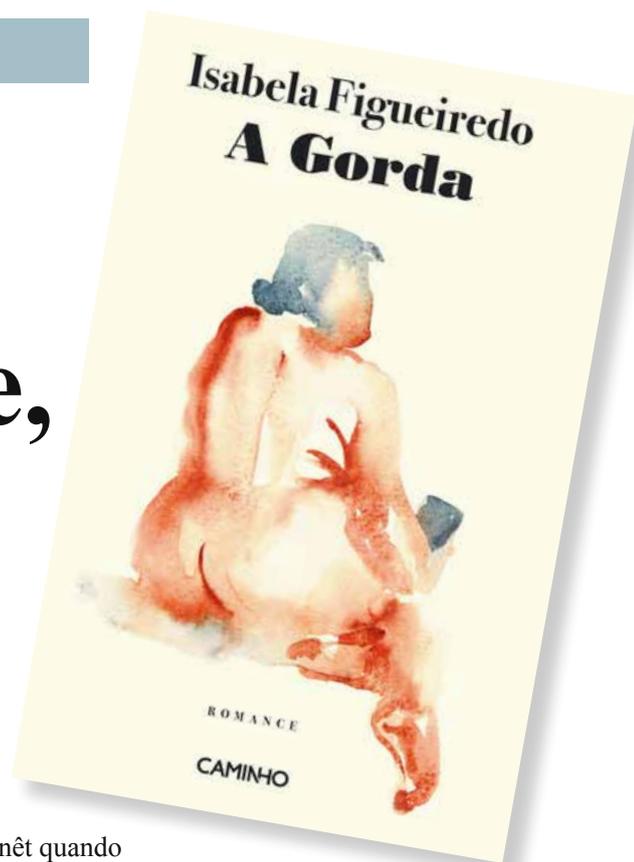
que me fez lembrar Jean Genêt quando recorre à abjeção para fustigar a moral das camadas burguesas.

Em segundo lugar, porque toda a narrativa é sustentada por uma língua literária de alta qualidade, com registos diversificados e cambiantes sempre ajustados que, de um modo ora intenso ora despojado, vão desfiando acontecimentos que se entrecruzam. Em terceiro lugar, porque *A Gorda* é um romance prenhe de sentidos que a narradora vai desvelando num permanente desafio à sua reescrita por parte do leitor. Reescrita que não pode postergar o efeito referencial usado, discreta mas intencionalmente, para mostrar ao leitor quais os aspetos que foram selecionados para estabelecerem uma relação de representação com o mundo real.

Volvamos agora o olhar para vermos mais de perto este romance de Isabela de Figueiredo, que se desenvolve ao longo de oito capítulos que receberam como títulos “Porta de entrada”, “Quarto de solteira”, “Sala de estar”, “Quarto dos papás”, “Cozinha”, “Sala de jantar”, “Casa de banho” e “Hall”, ou seja, as divisões da casa que Maria Luísa e seus pais vão habitar, em 1985, em Almada, e que vão guardar as histórias que fluem e confluem neste romance. São espaços que nos surgem como mapas em que se inscreve o per-

curso para a morte de pessoas, animais e plantas. A casa é também a talagarça onde Maria Luísa borda os seus amores e desamores que esmaltam um segmento do seu caminho de vida atravessado por ventos disfóricos que começaram a soprar logo na infância, quando teve de deixar os seus pais em Moçambique, em 1975, após a independência, para vir estudar para Portugal, e se mantém soprando em 2014, ano em que principia o discurso narrativo de *A Gorda* que vai terminar, algures no tempo, no decurso do ano letivo de 2014/15, tendo em conta o calendário profissional de Maria Luísa, que é professora numa escola da margem Sul.

Recolhendo os dados disseminados ao longo dos oito capítulos, no já referido jogo de atraentes e desafiantes analepses, podemos traçar a cronologia dos momentos mais significativos do romance. Em 1975, a narradora chega a Portugal, vivendo dez anos separada dos pais; em 1985, os pais de Maria Luísa regressam a Portugal e ela conhece David na Faculdade, também aluno de Filosofia como ela, com quem vem a namorar; nos finais da década de 80, termina a relação de Maria Luísa com David que ela só volta a ver em



outubro de 2004, na biblioteca da escola onde ele lecionava e ela fora colocada. Maria Luísa confessa que “nesse momento, na biblioteca, o incêndio ateou-se pela segunda vez”. Porém, em 14 de dezembro daquele ano, a narradora, em três das mais intensas e pungentes páginas deste romance, diz-nos que “o homem que amo, o único homem que amei, rejeitou-me pela segunda vez, para sempre” (pág. 95). Sublinho «para sempre», porque essa sentença da narradora vai-me servir para a leitura que proponho para o final do romance. Entretanto, o pai de Luísa morre em 2001 e a mãe em 2013, o que lhe permitiu ver a filha com menos 40 quilos, graças à gastrectomia realizada em 2011. Finalmente, num qualquer sábado não localizado no tempo que se poderá situar no ano letivo de 2013/14, Maria Luísa, já com o seu novo corpo, decide despedir-se definitivamente de David que a recebe de forma agreste e lhe diz “És maluca?! Tu és maluca! Desaparece, Luísa. Estás aqui a fazer o quê?”. O homem que a rejeitara em favor da mulher e dos filhos nem na hora da despedida a recebe com o mínimo de urbanidade. Porventura, por medo. O certo é que vira costas a Maria Luísa e segue em direção a casa enquanto a narradora diz para si mesma: “Vais porque desisto, porque não teve de ser, não pôde, não fomos tidos nem achados no amor que nos juntou e largou, brincando com as nossas vidas. Vais porque cresci.” (pág. 272).

Aproveito a deixa para traçar, ainda que brevemente, o perfil da narradora. Maria Luísa é uma personagem que, pela sua complexidade espiritual, riqueza anímica, coragem moral e social, ousadia transgressiva, capacidade de se equilibrar sobre as próprias contradições que vão de um egoísmo narcísico a um altruísmo tão despojado quanto pleno de ternura, inesgotável resistência a todas as adversidades, poder de afirmação nos contextos familiar, profissional e cívico, persistente fidelidade a um amor, *o último, único e verdadeiro amor*, e pela força de caráter que não há solidão que dome, transborda da história e impõe-se ao leitor de uma forma avassaladora.

Entre as linhas de sentido que a narradora produz ao longo deste romance,

começo por destacar a que desenha a vida de Maria Luísa, banhada pela disforia no sem-fim do tempo, começando pela rutura operada na infância e pelas agruras sofridas pela menina gorda durante a adolescência, de que anoto a frustração de ficar sentada numa cadeira sem que ninguém a convidasse para dançar no baile de finalistas das alunas do Colégio da Lourinhã onde era conhecida pela baleia, a orca, o monstro, a bola de Berlim, o barril de sebo, etc., em contraste com a Tony “a bela entre as belas” que a adolescente orgulhosa submissamente admirava. Essa disforia nunca foi banida da vida de Maria Luísa, mas tão-somente atenuada durante os três anos de namoro com David, para logo se reinstalar com mais intensidade após o fim do namoro e o casamento de David, de uma forma tão intensa que Maria Luísa poderia dizer a David “desde que te foste (...) tenho andado a lutar deliberadamente contra o meu amor por ti” (*apud* Malcolm Lowry). Luta estendida por um quarto de século que o fugaz reencontro de 2004 só agravou.

Poder-se-á, então, dizer, como Maurice Blanchot, que este romance “como toda a arte tem origem numa falta excepcional”, que no caso foi profundamente sentida pela narradora que a atualiza numa narrativa com início em 2014 quando Maria Luísa, quinquagenária, já fora visitada pela menopausa. E logo no segundo capítulo dá-nos nota do pesado estado de carência que nela se gerou com a perda de David: “Eu não aguentava a vida”. Porém, acrescenta: “Podia viver sem o David (...), mas sem escrita a vida não tinha por onde continuar”. E com o auxílio da escrita, Maria Luísa assume que tem de continuar a sua vida nestes moldes: “o David passou pela minha vida, impressionou-a a ferro quente, mas não pode dominá-la mais” e logo reforça este propósito: “o valor da minha vida tem de se tornar superior à impressão que o David nela causou”.

A narradora de *A Gorda*, que é simultaneamente a sua personagem principal, porventura com a intenção implícita de que esta seja uma história de exemplo e proveito, vai com certeza permanecer na memória de quem ler o romance, não só pelas razões que já aduzi, mas

também pela qualidade excepcional dos relatos da degradação da vida de pessoas e animais no seu inexorável caminho para a morte e ainda por ser a produtora de efeitos referenciais que, pela economia de palavras e sua densidade semântica, ancoram este romance no mundo real e no tempo político e social em que decorre uma significativa parte da história, o do governo de Passos Coelho, de uma forma inexcusável.

Constatamos de facto que a decadência e a degradação física e mental do pai e da mãe de Maria Luísa se conjugam com a depressão e deterioração da sociedade portuguesa, vítima da política levada a cabo pelo governo PSD/CDS. Logo no primeiro capítulo a narradora diz-nos que o ano em que morreu a sua mãe, 2013, “foi o ano em que os portugueses emigraram aos magotes para qualquer lugar do mundo onde arranjassem um salário com que alimentar os filhos e pagar as hipotecas das casas”. Nesse mesmo capítulo, Maria Luísa informa-nos de que “a morte da mamã foi um alívio”, assim explicado: “Quando após a sua morte vieram os cortes da *troika* sobre a pensão e subsídio de invalidez, respirei de alívio por ela já não estar viva e eu não ter de lhe explicar que íamos passar a subsistir ainda com menos, porque o nosso Governo e a União Europeia garantiam que antes tínhamos andado a viver acima das nossas possibilidades, logo éramos para exterminar”. A austeridade também caiu sobre ela de tal modo que confessa que passou a dedicar menos tempo à leitura, porque “desde que deixei de ter com que pagar à mulher-a-dias passei eu a fazer as limpezas da casa”. O último efeito referencial que seleccionei prende-se com a atividade profissional de Maria Luísa que se faz eco da voz crítica da classe docente revoltada contra as políticas postas em prática pelo Governo, visando a funcionalização dos professores subjogados por uma burocracia infrene. “O ano letivo corre. Trabalho a mais, sempre mais do que é devido e se pode suportar. A maior parte das vezes para nada. Testes, fichas, folhas do Excel, metas, planificações, papéis, relatórios, projetos e atas que levam dias a preencher e nunca ninguém lerá. Trabalho kafkiano. Não-trabalho. Visitas de estudo.

Atividades na escola. Longas reuniões constantes, sobre tudo, cuja conclusão é nada. Essência de vazio”. Acabei de citar um trecho do último capítulo, ou seja, escrito num momento em que o romance se aproxima do final. Maria Luísa pensa: “Tirando a fantasia que nos arranca à escuridão parada dos dias sucedendo-se indistintamente, o que vale o tempo que nos foi dado ou que viemos procurar?” (pág. 277). Desta reflexão da narradora sublinho a enorme importância que ela dá à fantasia como arma capaz de a subtrair à luz baça dos dias, porque vou utilizar essa inesgotável capacidade de fantasiar de Maria Luísa como argumento para uma proposta de leitura do final de *A Gorda*. Esse final aproxima-se no dia em que Maria Luísa, no regresso a casa vinda do Café Colina, avistou “o carteiro a distribuir o correio pelas caixas do prédio, com a sua farda cinzenta, como é habitual”. Todavia, informa a narradora: “Mas não me parece o senhor Rogério, funcionário dos CTT que normalmente faz o giro no meu bairro. Olho-o de perfil. Parece-me o Jude Law. É o Jude Law?! Fico parada observando a cena, incrédula e maravilhada. O Jude Law! Na minha rua! (...) Quando termina a distribuição, volta-se para mim, dirige-me o olhar picante e o sorriso zombeteiro com os dentes muito certos e brancos de delicioso demónio, que o caracterizam, e diz-me «tem carta do seu amor»”. Então, das duas, uma. Ou o senhor Rogério lhe deixou de facto uma carta do David ou este episódio é apenas fruto do desejo de Maria Luísa receber uma carta de reconciliação do amor da sua vida e imagina que ela foi deixada na sua caixa de correio por um galã da sétima arte que ela aprecia e lhe confia algo inverosímil “tem carta do seu amor”. Sigo então uma linha de sentido gerada não pela realidade, mas pela poderosa imaginação da narradora, amiúde confessada.

Maria Luísa prossegue: “Abro a caixa do correio e retiro uma carta, sim. É do David”. Na carta, diz-lhe “que arranjou coragem para se divorciar alguns meses após o encontro na Arrentela, na manhã de Agosto em que o intercetei no caminho, após a morte da mamã”. Mais à frente acrescenta na carta que “aceitou um convite muito compensa-

dor, financeira e curricularmente, para lecionar nos Estados Unidos” e pede a Maria Luísa “que espere por ele, que não mude nada na casa, porque voltará à nossa janela, à nossa cadeira”. Pedido estranho porque formulado por alguém que não frequenta a casa de Maria Luísa há mais de 25 anos. E a narradora prossegue: “Respondo imediatamente. Escrevo que aguardo a sua volta com ansiedade (...) que venha quando puder”. “Que o espero” (...) “Depois pouso a caneta” (...) “Paro”. E continua: “Fiquei pensativa o resto do dia, com um entusiasmo triste”, constatando que “a vitória dos solitários não tem testemunhas e torna a solidão mais só”. E logo se interroga: “Mas que vitória?” A resposta é: “A minha vida oscilava entre os momentos de pragmática e dura realidade e os de evasão em estado puro, graças à capacidade de fantasia com que Deus me dotou para que me aguentasse viva”. Esta confissão ajuda-me a sustentar a linha de sentido que venho percorrendo na minha pessoal reescrita do final do romance. Aliás, e nessa mesma perspectiva me pergunto por que razão as duas últimas páginas do livro não ressumbram alegria e júbilo pelo regresso de David. Pelo contrário, a mão que as escreve mais do que transmitir esperança no futuro o que nos diz é que guarda em si uma *memória imemorial*, para usar palavras de Herberto Helder, da casa e do que o tempo nela deixou, desde “o cheiro da terra dos vasos” ao do suor, “o do calor e o do frio. Um suor pesado, carregado de tristeza, alegria, abandono, desilusão, esperança”. Sem esquecer “o cheiro a sabonete da mamã” que “ainda cá mora um pouco”. E daquela noite, que deveria ser exultante se animada por uma verdadeira esperança no regresso de David, o que nos diz é: “nesta noite tão escura, tão funda, a casa permanece vazia e só. Tão só. Nada mexe”. Tal como Maria Luísa. Aliás, poder-se-ia dizer metaforicamente que a narradora, com mais ou menos quarenta quilos, e a casa, com mais ou menos móveis, são convertíveis uma na outra.

Arrisco dizer, voltando a Herberto, que a mão responsável pelas linhas finais é a mesma que inicia o romance e “escreve a ardente melancolia / da idade”. Melancolia que a leva a evadir-se (é este

o verbo que a narradora usa), escutando música de Bach, e nessa fuga à casa “vazia e só” e de si própria, pensa em David e acrescenta um *post-scriptum* à carta que diz ter-lhe escrito, porventura mentalmente como Camilo Pessanha produzia os seus poemas, sem que o leitor saiba se algum dia a mandou e para que endereço ou se foi fazer companhia às que “se acumulam na caixa de cartão (...)”. O que Maria Luísa escreve nesse *post-scriptum*, “já não falta muito para voltares, pois não?”, não me parece traduzir esperança num real regresso de David, mas apenas um desejo muito seu, fruto da imaginação que, citando parceladamente René Char, “usando a contribuição dos poderes mágicos e subversivos do desejo” lhe oferece “o inextinguível real incriado”. E que a frase me soa com o tom de sofrida angústia das últimas palavras da carta nunca enviada pelo Cônsul, personagem do romance “Debaixo do Vulcão” de Malcolm Lowry, à mulher amada: “Volta para mim, Yvonne, nem que seja por um dia...”. Mas o desejo que David volte, que pulsa há mais de 25 anos em todo o ser de Maria Luísa, físico e espiritual, parece-me ser contrariado pela última frase de texto que é o derradeiro argumento que aduzo em defesa da minha leitura ou, se preferirem, da minha reescrita do final do romance de Isabela de Figueiredo. Frase pronunciada pela mamã cuja voz “nítida e total” ressoou no cérebro da sua filha Maria Luísa: “És tão torta, tão teimosa. Como é que vais viver sem mim, menina?”. E eu respondo com palavras de Maria Luísa, que aprendeu com Fernando Pessoa que “há uma só arte, viver”. Diz a narradora: “Estou aqui de passagem, é para seguir em frente, sou de ferro e ninguém me dobra. Em silêncio, sou sempre eu e o que em mim se compõe e apruma”. Mesmo que aquilo que ela em si compõe e apruma seja apenas fruto de uma prodigiosa e desviante imaginação. E concluo, fiel à linha de sentido que tenho vindo a percorrer, afirmando: *se amantes amantes*, como dizia Terêncio, então os desvarios de Maria Luísa, mesmo os da imaginação são legítimos. ■

# Um olhar sobre a Quinta do Mocho

Foto: Artur Batista



**Sofia Vilarigues**  
Jornalista

“Arte e Interculturalidade – Mocho, do Bairro para o Mundo” foi o título da sessão dinamizada por Kedy Santos, mediador e dinamizador comunitário na Quinta do Mocho, Sacavém, e organizada pelo grupo Escola Intercultural do SPGL, que teve lugar no Espaço ABC, no SPGL, no passado dia 25 de Janeiro.

A abrir a sessão, António Avelãs, dirigente do SPGL, referiu a sua ida à Quinta do Mocho, organizada pelo grupo Escola Intercultural, como “uma experiência extremamente rica, porque deu para ver como é que uma comunidade bastante ostracizada, com uma má imagem, consegue reagir e consegue de facto criar um espaço quase posso dizer de referência”.

Sílvia Baptista apresentou o grupo Escola Intercultural: “Em 2011 o SPGL foi convidado para ser parceiro num projecto que foi financiado pela Fundação Friedrich Ebert que pretendia ver em que ponto as escolas em Portugal dinamizavam projectos de interculturalidade. Por um lado, foi interessante verificarmos que não estamos assim tão desfazados nesta problemática, mas também sentimos, no SPGL, que devía-

mos dar uma certa dinâmica e criámos a Escola Intercultural. Este grupo pretende dinamizar e divulgar práticas e projectos interculturais nas comunidades educativas, reflectir e aprofundar as diferentes vertentes da interculturalidade, criar rede entre experiências e projectos nesta área.”

Kedy Santos deu a conhecer como é que o Bairro responde aos problemas que se levantam, muito particularmente através da arte e do movimento associativo. “A Quinta do Mocho é um bairro com 4 mil habitantes, pessoas de origem angolana, são tomenses, cabo-verdianos, guineenses, luso descendentes”, introduziu.

Com o grupo de música Império Suburbano realizaram-se “encontros de música e discutíamos as letras com jovens que estudavam e jovens que estavam à margem da sociedade, e discutíamos problemas deles, nossos e do Bairro”. “*A mudança começa em ti*, é tema de uma música do nosso grupo. É um grupo que começou por um estilo de música hip-hop, mas nós reparámos que os jovens que faziam aquele estilo de música usavam muito a mensagem de morte, de violência, de coisas más, nós optámos por ir por um outro lado. Aparecemos na televisão. E foi aí que nos começámos a tornar mais uma referência”.

Kedy Santos integrou o Projecto Esperança, do Programa Escolhas, a Associação de Jovens Estrela do Bairro e a Academia Ubuntu. Recorda: “Nós começámos a influenciar os pais a apostarem na educação dos filhos. A perceberem que a educação é a maior arma que temos para combater a pobreza. Foi isso que ajudou a mudar o Bairro, a mudar a imagem do Bairro”.

“A Câmara de Loures, juntamente com outras entidades, nomeadamente o Teatro Ibisco, decidiu criar uma galeria de arte urbana. Teve o seu início na Quinta da Fonte”, contou. “A Câmara decidiu fazer isto com o intuito de mudar a imagem do Bairro, mas as pessoas do Bairro diziam *então muda-se a fachada, esquece-se do interior*. Então nós, jovens do Bairro, começámos a fazer assembleias com os jovens para discutir os problemas do Bairro e optámos por fazer visitas guiadas ao Bairro. Com pessoas, com turistas, com funcionários da câmara, com universidades. Ao fim do primeiro ano, tivemos a visita de 1200 pessoas. Um bairro que, se entrava alguém de origem portuguesa, branca, dizia-se que ou era polícia, ou era assistente social ou ia comprar droga. Havia esse estigma. E nós começámos a meter muita gente lá dentro. Isso foi fundamental porque ajudou a quebrar barreiras”.■

# JORNADAS PEDAGÓGICAS

DIREÇÃO REGIONAL DE LISBOA

2018



## ACÇÕES DE FORMAÇÃO

Nº	Ação	Dinamizador	Público Alvo	Dia	Hora	Local	Nº Part.
1	Programação Neurolinguística: a eficácia e motivação na sala de aula(*)	Paula Cordas	Todos	30 de janeiro e 6 de fevereiro (3ª feira)	10h00 às 13h00	Sede do SPGL	25
2	Desporto sem Bullying	FMH Miguel Nery	Todos	30 de janeiro e 6 de fevereiro (3ª feira)	10h00 às 13h00	Sede do SPGL	25
3	Cantar Mais: práticas musicais e atividades artísticas I(*) (**)	APEM-Associação Portuguesa de Educação Musical	Profs. Grupos 100, 110, 250, 610, das AEC Música e todos os interessados	20 e 27 de fevereiro (3ª feira)	16h30 às 19h30	Sede do SPGL	25
4	O Excel aplicado à prática docente (nível II)(*) (a)	Manuel Vasconcelos	Todos	22 de fevereiro (5ª feira)	10h00 às 13h00	Sede do SPGL	10
5	Uso do drama como ferramenta do currículo	Maria João Falcão	Todos	6 de março (3ª feira)	16h00 às 20h00	Sede do SPGL	25
6	O Papel da Escola na Construção da Igualdade entre Mulheres e Homens	Maria José Maurício	Todos	14 de março (4ª feira)	16h30 às 19h30	Sede do SPGL	25
7	Criação de uma Apresentação em PowerPoint e demonstração de outros programas de edição de imagem(*) (a)	Manuel Vasconcelos	Todos	10 de março (3ª feira)	10h00 às 13h00	Sede do SPGL	10
8	Educação intercultural na escola	ACM	Todos	12 de abril (5ª feira)	10h00-13h00 14h30-17h30	Sede do SPGL	25
9	Portugueses ciganos, cidadania e interculturalidade	ACM Jorge Cardoso	Todos	26 de abril (5ª feira)	10h00-13h00 14h30-17h30	Sede do SPGL	25
10	Aprender com as histórias: primeiros passos para a interculturalidade	ACM	Pré-escolar	10 de maio (5ª feira)	16h00 às 20h00	Sede do SPGL	25

(\*) Nas ações desdobradas em 2 dias o certificado de participação será entregue no 2º dia.

(\*\*) **Ação certificada:** Esta ação de formação de curta duração está reconhecida pela direção do CFAPEM nos termos da alínea d) do n.º1 do artigo 6º do Decreto-Lei 22/2014, de 11 de fevereiro e do Despacho n.º 5741/2015 de 29 de maio. **Nota:** Os participantes deverão trazer computador portátil (ou tablet/smartphone) e uns auscultadores para a escuta individualizada.

(a) Para um melhor desenvolvimento da formação aconselha-se os formandos a utilizarem, sempre que possível, os seus computadores portáteis.

## VISITAS

Nº	Visita	Dinamizador	Público Alvo	Dia	Hora	Local de encontro	Nº Part.
11	Arte, Cultura e História na Amadora: um itinerário(1)	José Mourão e Gisela Encarnação	Todos	24 de fevereiro (sábado)	10h00 às 13h00	Estação de Metro da Falagueira/Amadora	25
12	Palácio das Necessidades	Embaixador Manuel Côrte-Real	Todos	24 de fevereiro (sábado)	10h00 às 13h00	Palácio das Necessidades (entrada ao lado da Capela)	25
13	Passadiços do Tejo(2)	José Rodrigues	Todos	17 de março (sábado)	09h30 às 13h30	Parque Linear Ribeirinha da Póvoa Sta Iria (estação de comboios da Póvoa a 300m)	30
14	Visita à Falcoaria Real em Salvaterra de Magos e Companhia das Lezírias(3)	Guias locais	Todos	14 de abril (sábado)	08h30 às 19h00	Entrada principal do ZOO	40
15	Por Fortes das Linhas de Torres no Concelho de Mafra(4)	Zé Veloso e Marta Miranda	Todos	21 de abril (sábado)	09h30 às 19h00	Entrada principal do ZOO	40
16	Lisboa Vista do Tejo e exposição do ceramista Vasconcelos Lapa(5)	Inez Marques Vasconcelos Lapa	Todos	5 de maio (sábado)	10h00 às 17h30	Terminal Fluvial do Cais do Sodré – Transtejo	44
17	Mérida e Lugares de Fronteira(6)	Inez Marques	Todos	26 de maio (sábado)	09h00 às 21h00	Entrada principal do ZOO	50

(1) Ao preço da inscrição **acresce 15,00€** (jantar). Deslocação em autocarro da Junta de Freguesia da Falagueira – Venda Nova.

(2) Ao preço da inscrição **acresce 2,50€** (visita). **Nota:** Deve levar roupa e calçado apropriado para caminhada, um pequeno lanche e água - Grau de dificuldade – fácil.

(3) Ao preço da inscrição **acresce 36,50€** (transporte, visitas, prova de vinhos gourmet e almoço buffet)

(4) Ao preço da inscrição **acresce 20,00€** (transporte, almoço e guias). **Nota:** Deve levar roupa e calçado apropriado para caminhada - Grau de dificuldade – fácil.

(5) Ao preço da inscrição **acresce 15,00€**. (viagem de barco com guia). **Almoço facultativo 15,00€ a pagar no dia, inscrição até ao dia 26 de abril** para 213819177 ou [drisboa@spgl.pt](mailto:drisboa@spgl.pt). **Nota:** Esta visita só se realiza com um número mínimo de 35 pessoas. Tarde 15h30, no Jardim Botânico da Ajuda.

(6) Ao preço da inscrição **acresce:** Preço por pessoa em quarto duplo: **150,00€**; Suplemento em quarto individual: 28,00€ (28,00€+150,00€) = **178,00€**. O pagamento da ação pode ser feita por 3 tranches e **impreterivelmente até ao dia 5 de maio**. Nesta ação os **acompanhantes** são **automaticamente aceites**. O **preço por pessoa inclui:** transporte em autocarro de turismo; 3 refeições com bebidas incluídas; alojamento hotel de 4\* em quarto duplo; seguro de viagem, entradas/visitas e guia.

**Consulte o Regulamento e faça a sua inscrição em**  
**[www.spgl.pt/jornadaspedagogicas](http://www.spgl.pt/jornadaspedagogicas)**

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos  
**SÓCIOS**

## Contacte-nos



SPGL  
SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,  
1070-128 Lisboa  
•Tel: 213819100  
•Fax: 213819199  
•spgl@spgl.pt  
•Direção: spgl@spgl.pt  
•www.spgl.pt

**Serviço de Apoio a Sócios**  
•TEL: 21 381 9129  
•apoiosocios@spgl.pt

**Serviço de Contencioso**  
•TEL: 21 381 9127  
•contencioso@spgl.pt

**Serviços Médicos**  
•TEL: 21 381 9109  
•servmedicos@spgl.pt

**Serviços (seguros, viagens, etc.)**  
•TEL: 21 381 9100  
•servicos@spgl.pt

### Centro de Documentação

•TEL: 21 381 9119  
•centrodocumentacao@fenprof.pt

### Direção Regional de Lisboa

Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º  
1070-128 Lisboa  
Tel: 213819100  
Fax: 213819199  
drlisboa@spgl.pt

### Direção Regional do Oeste

•Caldas da Rainha  
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B  
2500-329 Caldas da Rainha  
Tel: 262841065 Fax: 262844240  
caldasrainha@spgl.pt  
•Torres Vedras  
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,  
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2  
2560-619 Torres Vedras  
Tel: 261311634 Fax: 261314906  
torresvedras@spgl.pt

### Direção Regional de Santarém

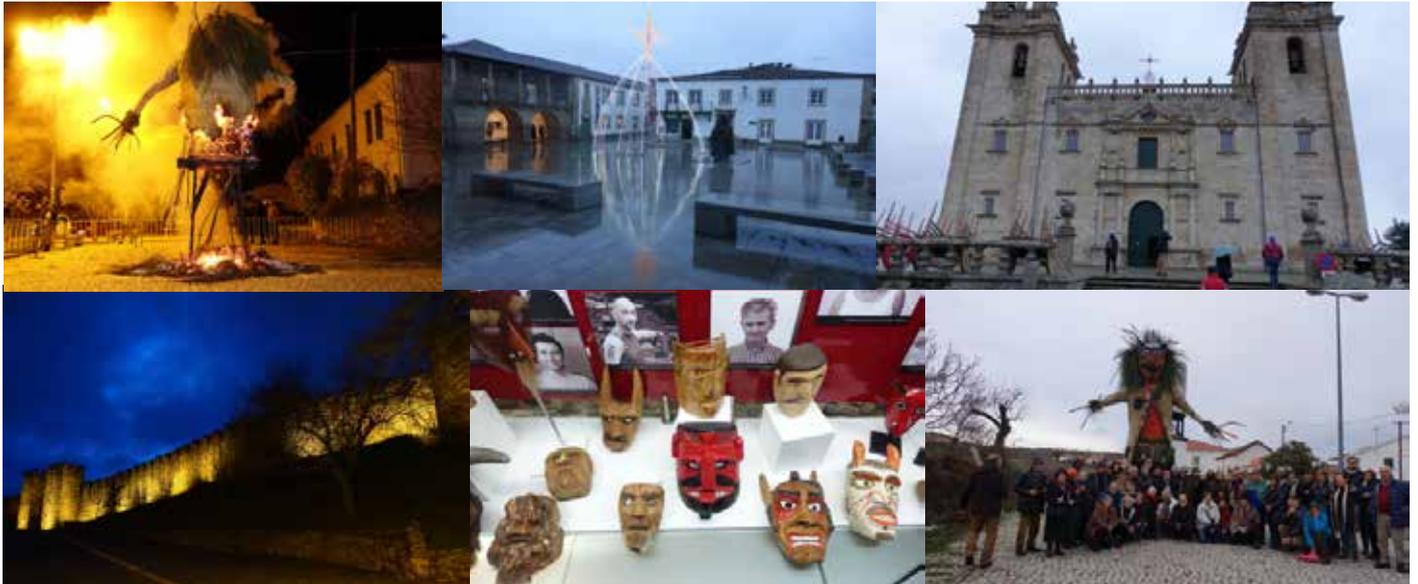
•Abrantes  
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B  
2200-397 Abrantes  
Tel: 241365170 Fax: 241366493  
abrantes@spgl.pt  
•Santarém  
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.  
2000-232 Santarém  
Tel: 243305790 Fax: 243333627  
santarem@spgl.pt  
•Tomar  
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.  
2300-460 Tomar  
Tel: 249316196 Fax: 249322656  
tomar@spgl.pt  
•Torres Novas  
R. Padre Diamantino Martins,  
lote 4-Loja A  
2350-569 Torres Novas  
Tel: 249820734 Fax: 249824290  
torresnovas@spgl.pt

### Direção Regional de Setúbal

•Setúbal  
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º  
2900-218 Setúbal  
Telef.: 265 228 778  
Fax: 265 525 935  
setubal@spgl.pt  
•Barreiro  
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c  
2830-336 Barreiro  
Tel: 212079395 Fax: 212079368  
barreiro@spgl.pt  
•Almada  
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A  
2800-015 Almada  
Tel: 212761813 Fax: 212722865  
almada@spgl.pt

# Caretos. Cantar dos Reis. Aldeias Comunitárias. Pauliteiros

Fotos cedidas pelo Departamento de Aposentados do SPGL



**Maria João Vale**

[Professora aposentada]

O Departamento de Professores Aposentados do SPGL, realizou de 4 a 8 de janeiro de 2018, uma viagem cultural ao Nordeste Transmontano.

Os cerca de sessenta professores foram conhecer e vivenciar a história, as tradições milenares, os costumes e rituais, as paisagens, a língua e os dialetos, a gastronomia, a máscara ibérica, os trajes utilizados, o peditório das almas, a música, a gaita-de-foles, as danças tradicionais mirandesas - os pauliteiros, a festa dos rapazes ou dos caretos, o cantar dos Reis, os cantares D'Antanho, a queima do tronco, a queimada, as fogueiras, as mesas redondas temáticas, as festividades, o convívio e os programas com as populações. Tudo isto transportou-nos por outros mundos em terras de Portugal. Tivemos o privilégio da companhia, como guia, do professor António Pinelo Tiza. A sua apresentação em *power point*, no primeiro dia, deu-nos uma

visão global deste valioso património transmontano, desde os diferentes rituais e cultos ao ciclo festivo do Inverno, uns dedicados aos santos e realizados no espaço sagrado, outros em honra dos deuses, do Sol e da Natureza, no espaço profano, que é a rua e a praça pública. As festas começam a 31 de outubro e acabam na 4ª feira de cinzas, duram seis meses, cumprindo a tradição nas aldeias transmontanas em que o sagrado e o profano andam de mãos dadas, numa união e ligação do homem rural à terra e à Mãe-Natureza.(1)

Usufruímos deste tempo, com o calendário litúrgico e a quadra do Natal, o expoente máximo das festividades: as festas dos rapazes, de Santo Estevão, do Menino, do Ano Novo e dos Reis, e foi na aldeia de Salsas que assistimos a um programa da Festa dos Reis - *Reis de Salsas*, a 6 de janeiro, em que nada faltou como a comemoração do solstício de Inverno com o ritual da *Queima do Careto - Ano Velho*, expulsando os males e preparando o Ano Novo. A festa foi protagonizada por portugueses e espanhóis mascarados com desfile de

caretos, um rito da puberdade, vestidos com fatos de lã tecidos no tear, coloridos e com franjas, capuz na cabeça e uma máscara com dois cornos ao jeito demoníaco. As danças, as representações, as chocalhadas, os jogos, os gritos, o peditório em nome das almas dos defuntos, as cerimónias de rua, o convite para o jantar comunitário e a arrematação do fumeiro recolhido, é sem dúvida uma experiência inesquecível, vivendo a tradição e em interação com a comunidade.

**Bragança** foi o ponto de chegada e partida para os quilómetros percorridos e também para as visitas: ao Museu Ibérico da Máscara e do Traje criado pela cooperação entre o Município de Bragança e a Ditutación de Zamora, ao Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano, espaço destinado à preservação das comunidades judaicas que habitaram a região transmontana e ao Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, um projeto arquitetónico de referência do arquiteto Souto Moura, prémio Pritzker 2011.

**Rio de Onor** é uma aldeia comunitária

com um regime ancestral de partilha e entreajuda na forma agro-pastoril, com cerca de 50 habitantes, sem crianças. É atravessada pela fronteira com Espanha, Rihonor de Castilha, à distância de uns passos e separada pelo rio Onor, com casas típicas serranas em xisto e varandas alpendradas. É falado o *rionorês*, dialeto que nasceu da mistura do castelhano e do português.

**Miranda do Douro** - nesta região fronteira a nordeste e sueste fala-se o mirandês, segunda língua oficial em Portugal, uma variante da antiga língua asturo-leonesa, própria do Reino de Leão. O Museu da Terra de Miranda apresenta coleções de etnologia e arqueologia com as tradições do povo mirandês, os têxteis, o vestuário (capa

de honras), rituais solsticiais com máscaras, música e dança – como os pauliteiros.

Visitámos duas das **12 Aldeias Históricas de Portugal**:

Uma é **Marialva** com o castelo, seu principal monumento, que domina a paisagem com a sua configuração oval e as muralhas. Atualmente apresenta três aglomerados populacionais distintos: a *Cidadela* em ruínas, localizada dentro das muralhas da aldeia; a *Vila* que se desenvolveu fora das muralhas e a *Devesa*, no sopé do monte onde se situa a cidadela.

A outra é **Trancoso**. A visita a esta cidade iniciou-se nas Portas d'El Rei, as portas principais da cintura das muralhas que rodeia a antiga vila medieval,

que tem um vasto património arquitectónico, civil e religioso e dão ao centro histórico uma imagem única. Para além da Igreja de Nossa Senhora da Fresta, estilo românico, ainda se visitou o Centro de Cultura Judaica Isaac e a Casa Bandarra.

Passámos cinco dias num *Inverno Mágico*, a conhecer, descobrir, saborear e desfrutar.

No dia seguinte à nossa chegada soubemos que caiu um nevão em Bragança, afinal a tradição da terra-fria sempre existe.

Ficámos com as imagens fotográficas de Trás-os-Montes branca-de-neve e com o desejo de um dia podermos lá voltar! ■

(1) Tiza, António, 2015, *Inverno Mágico*.

## A cor das faias

### À volta da metade do outono

Em 18 de Janeiro, o Departamento de Professores e Educadores Aposentados e o Departamento da Cultura do SPGL levaram a cabo mais uma sessão de “O meu livro quer outro livro”, desta vez dedicada à obra “A Cor das Faias – à volta da metade do outono”, da autoria de Epigmenio Rodriguez e apresentada por António Pinelo Tiza, tradutor.

Pinelo Tiza apresentou o autor da obra, Epigmenio Rodriguez, natural da província de Leon, professor, economista, diretor de várias escolas, incluindo o Instituto Espanhol em Londres.

António Pinelo Tiza iniciou a apresentação de “A Cor das Faias”, dizendo que a cor das faias é o vermelho de sangue que lembra o inferno e também a cor do sangue que corre neste romance.

Lembrou Julio Lhamazares, jornalista e escritor, nascido na região de Leon, numa aldeia na montanha submersa em pântanos, que disse desta obra que seria o livro que ele levaria para a montanha;

chamou a atenção para duas realidades: os Picos da Europa e a sua beleza natural em que predominam as faias e, por outro lado, o despovoamento destas regiões.

Nesta localidade (fictícia), La Loma, apenas ficou uma família: pai, mãe e sete filhos. Neste isolamento, criaram o inferno de que fala Italo Calvino, o inferno que está em nós. Toda a obra se resume ao outono de uma família e sua decadência – ali emergem os instintos mais baixos.

O autor sublinhou que “O inferno dos vivos ... já está aqui”, admitindo que estas últimas palavras que Marco Polo diz ao Imperador Kublai Kan na obra “As Cidades Invisíveis” de Italo Calvino, foi o ponto de partida para esta obra. Epigmenio Rodriguez transpôs a ideia para “o meio rural, remoto e isolado, perto e ao mesmo tempo longe de tudo e de todos”.

O autor aproximou o tema desta obra à “... inumana essência que nos define num espelho para o qual custa tanto olhar”, citando Juan Miguel Alonso.

Epigmenio Rodriguez deixa-nos, contu-



do, a esperança de encontrarmos nesta obra “alguns laivos de generosidade, de compaixão, de amor. Laivos que talvez nos ajudem ... a manter a esperança em nós mesmos, os chamados seres humanos.”

Cinilda Gentil afirmou que se trata de um livro duro, pesado, retrato social e psicológico de uma família, um microcosmo isolado do resto da Espanha e da evolução da sua história, em que elementos como a morte e a catarse lhe dão a feição de uma tragédia grega moderna. ■

## Legislação

### I Série

• **Portaria n.º 368/2017 de 11/12**

Define os procedimentos de comunicação à AT da identificação fiscal dos prestadores de serviços de fornecimento de refeições escolares, para efeitos da dedução à coleta do IRS das despesas referentes à alimentação em refeitório escolar, de alunos inscritos em qualquer grau de ensino, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 78.º-D do Código do IRS

• **Decreto-Lei n.º 156/2017 de 28/12**

Fixa o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2018

• **Lei n.º 112/2017 de 29/12**

Estabelece o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários

• **Lei n.º 114/2017 de 29/12**

Orçamento do Estado para 2018

• **Decreto Regulamentar n.º 11-A/2017 de 29/12**

Define os níveis remuneratórios previstos no regime de contratação de doutorados aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto

• **Resolução da AR n.º 1/2018 de 02/01**

Recomenda ao Governo a contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira

• **Portaria n.º 21/2018 de 18/01**

Portaria que procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS)

• **Portaria n.º 22/2018 de 18/01**

Portaria que procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho para o ano de 2018

• **Portaria n.º 23/2018 de 18/01**

Portaria que procede à atualização anual das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social, das pensões do regime de proteção social convergente atribuídas pela CGA e das pensões por incapacidade permanente para o trabalho e por morte decorrentes de doença profissional, para o ano de 2018

• **Portaria n.º 25/2018 de 18/01**

Portaria que estabelece a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2019

• **Portaria n.º 29/2018 de 23/01**

Define as regras relativas ao preenchimento das vagas para progressão ao 5.º e 7.º escalões da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário

• **Portaria n.º 31/2018 de 23/01**

Identifica as unidades orgânicas de ensino da rede pública do Ministério da Educação, constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas a funcionar no ano escolar 2017-2018

### II Série

• **Despacho n.º 10919/2017 de 13/12**

Cria o plano integrado de controlo da qualidade e quantidade das refeições servidas nos estabelecimentos públicos de ensino

• **Despacho n.º 84-A/2018 de 02/01**

Despacho que aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2018

• **Portaria n.º 64/2018 de 23/01**

Fixa os montantes do subsídio anual por aluno concedido ao abrigo de contratos simples e de desenvolvimento celebrados entre o Estado e os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo



## ESPAÇO António Borges Coelho (Galeria SPGL)



**8 fevereiro, 18h30**

### Inauguração da exposição de pintura de José MAN

Patente até 6 de março.

Sobre MAN, escreveu Carlos Lança: “José Manuel Man será um dos últimos visionários duma geração de renitentes, impondo-se aos predadores de vocações, um dos mais

legítimos construtores de sonhos da sua (nossa!) geração. Uma geração de contrastes, de rompimento e resistências tenazes.

Será também, acredito, um dos grandes responsáveis por algo que não se pode perder: a convicção de que, para ser-se um criador reconhecido, não é necessário abastardar-se o que se pensa, nem ceder à tentação da facilidade. Ao longo de cerca de quarenta anos, o seu trabalho e o seu percurso falam disso mesmo.” ■



**15 fevereiro, 15h30:**

O meu livro quer outro livro:

### “Não se pode morar nos Olhos de um Gato”

Apresentação e debate desta obra de Ana Margarida Carvalho, com a presença da autora. **Não se pode morar nos Olhos de um Gato** ganhou o Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores, de 2017.

“Não se Pode Morar nos Olhos de Um Gato» (2016) “é um romance admirável onde o ritmo cardíaco e o vagar dos milénios se revezam. Apostado, tal como o anterior, na crueza das representações realistas, aliada a um lirismo fulgurante, põe de lado luvas e pinças. Tem a dureza de uma tábua de anatomia onde seria preferível morrer uma única vez”. (Teresa de Carvalho, Jornal I). ■

# Direitos e deveres do pessoal docente

## (1ª parte)

**P**ara além dos direitos e deveres a que se encontram sujeitos todos os trabalhadores com vínculo à Administração Pública, os docentes encontram-se abrangidos pelos que estão estatutariamente previstos para a respetiva classe profissional.

Dar a conhecer os aspetos mais importantes desta matéria afigura-se relevante (para não dizer indispensável), não só para promover um exercício mais esclarecido da função, como também para prevenir consequências penalizadoras para os docentes decorrentes da ausência de tal esclarecimento.

A referida matéria encontra-se tutelada no Capítulo II do Estatuto da Carreira Docente (doravante ECD), nos artigos 4º a 9º (quanto aos direitos) e nos artigos 10º a 10º c (quanto aos deveres).

No que diz respeito aos primeiros destacam-se os direitos profissionais que integram o direito de participação no processo educativo (artigo 5º do ECD), o direito à formação e informação para o exercício da função educativa (artigo 6º do ECD), o direito ao apoio técnico, material e documental (artigo 7º do ECD), o direito à segurança na atividade profissional (artigo 8º do ECD) e o direito à consideração e à colaboração da comunidade educativa (artigo 9º do ECD). De entre este elenco de direitos é importante destacar (sem menorização dos restantes mas por se tratarem de direitos muito presentes e relevantes para os docentes) os relativos à respetiva formação e informação e à sua segurança no exercício da função. No que respeita ao primeiro (que, como se sabe tem um impacto determinante na valorização e progressão na carreira destes profissionais) ele é legalmente garantido, não só pelo acesso a ações de formação contínua e regulares, com vista à atualização e aprofundamento dos seus conhecimentos e competências profissionais, como também pelo apoio à auto-formação dos docentes, de acordo com os seus planos individuais de formação que poderá incluir,

entre outros, a concessão de licenças sabáticas, equiparações a bolsheiro e a aplicação do Estatuto do Trabalhador Estudante. Além de um direito, a formação constitui simultaneamente um dever do pessoal docente quando o nº 2 do artigo 10º nº 2 e), do ECD determina que estes profissionais se encontram obrigados a “Participar de forma empenhada nas várias modalidades da formação que frequente, designadamente nas promovidas pela Administração, (...)”.

No que respeita ao segundo dos direitos em questão, o legislador fez compreender, no seu âmbito, dois aspetos que se prendem respetivamente, com “a prevenção e redução dos riscos profissionais, individuais e coletivos, através da adoção de programas específicos dirigidos à melhoria do ambiente de trabalho e promoção das condições de higiene, saúde e segurança do posto de trabalho” e também “... com a prevenção e tratamento das doenças...” que venham a ser consideradas como resultantes diretamente do exercício da função docente.

Ainda em relação a este último direito o legislador veio prever, no âmbito do direito à segurança no exercício da atividade profissional, a tutela manter no caso de verificação de ofensa corporal ou outra violência exercida sobre os docentes no âmbito da sua atividade ou por causa dela. Esta, trata-se de uma garantia conferida aos cidadãos em geral, de acordo com o artigo 143º e seguintes do Código Penal. O facto de a ofensa ser cometida contra um docente configura, contudo, uma situação especial de ofensa à integridade física qualificada que tem como consequência um agravamento da penalização em um terço nos seus limites máximo e mínimo (cfr. Artigo 145º nº 2 e artigo 132º nº 2, alínea l) do Código Penal, em leitura conjugada).

Tendo em conta a limitação de espaço para concluir a abordagem desta matéria esta voltará a ser abordada na próxima rubrica com incidência nos deveres do pessoal docente. ■



- Avaliar as negociações com o ME
- Discutir a situação
- Aprovar a ação a desenvolver
- Organizar a luta

*Mais do que nunca, a tua participação é vital!*

**Consulte as decisões e a reportagem em  
[www.spgl.pt](http://www.spgl.pt) ou [www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt)**